**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2019, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA DO CAMPUS 1 DA FURB, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Bernadete Sant’Anna)** - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pela Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a excelentíssima senhora Deputada Estadual Ada De Luca, atendendo requerimento da excelentíssima senhora Deputada Estadual Marlene Fengler que, inicialmente nos convida a assistir ao vídeo denominado “Sozinhas” produzido pela jornalista Angela Bastos e equipe.

(*Procede-se à projeção do vídeo “Sozinhas”, que conta a história de mulheres do campo que sofreram violência.*) (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Difícil, né? Eu já assisti isso umas dez vezes e nas dez vezes eu fiquei passando mal, talvez por eu também ser filha de agricultores e ter conhecido algumas realidades parecidas, semelhantes e, aí, a gente sente mais ainda.

Mas eu queria cumprimentar todos vocês e agradecer a presença de cada um.

(*Passa a ler.*)

“É muito bom estar aqui para compartilhar experiências e, juntos, construirmos um caminho para romper com o ciclo de violência contra as mulheres em todo o nosso Estado, no campo e na cidade. A gente pode até pensar que essas histórias que vimos no vídeo estão distantes de nós, mas não estão, não estão somente no campo. Vocês viram que esse vídeo foi feito em 2017 para mostrar a violência que as mulheres sofrem no meio rural. Mas se fosse feito hoje, aqui na cidade, também teríamos depoimentos como o da dona Joana segundo o qual a morte não acontece na primeira vez ou como o da dona Lucimar, segundo o qual a maioria sofre calada, pois se falar, depois vai para onde?

Essas mulheres sofrem em silêncio, têm vergonha, têm esperança que o companheiro mude, e a maioria tem muito medo, tem muitas barreiras para superar até ter a coragem de denunciar.

Não sei se vocês lembram o caso da Luiza Brunet? Quem iria pensar que ela poderia ser vítima de violência, uma mulher poderosa, muito conhecida, famosa? Mas ela rompeu o silêncio e denunciou o seu ex-companheiro, que é um empresário rico, poderoso. Ela venceu a vergonha, mas nem todas vencem. Teve também o caso da advogada do Paraná, a Tatiane Spitzner, que foi morta pelo marido no ano passado. Ela gritou, correu, pediu socorro, mas não conseguiu se salvar. Ninguém a ajudou, talvez porque as pessoas ainda continuem pensando que em briga de marido e mulher não se mete a colher.

(*Enquanto a Deputada Marlene Fengler fala, nos telões são projetadas imagens e várias fotos dos casos citados.*)

Esses casos foram notícias no Brasil e no mundo e mostram que a violência está em todo lugar, atingindo mulheres de todas as idades, de todas as classes sociais. É preciso trabalhar junto para acabar com essa escalada.

No Brasil, a cada três mulheres uma já foi vítima de violência. Em Santa Catarina, apenas neste ano, já foram 28 feminicídios - eram 26 até semana passada. Pelas pesquisas, em cerca de 60% dos casos, os agressores são conhecidos das vítimas, e apesar de tanto que se fala a respeito do assunto, 52% das mulheres ainda se calam. Entre 2011 e 2018, os feminicídios custaram R$ 424 milhões aos cofres públicos de Santa Catarina, isso de acordo com o Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

Na verdade, hoje é o dia para a gente falar, e mais do que falar, para nos unirmos em torno de ações que mudem essa realidade. Essa é a ideia. A gente sentar, conversar, trocar ideias, conhecer experiências e, a partir disso, cada um, da sua forma, no seu âmbito de abrangência, fazer a sua parte. E, ao final, conseguirmos construir, institucionalizar uma rede de proteção à violência contra a mulher.”

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Bernadete Sant’Anna)** - Para debater o crescimento da violência contra as mulheres e o feminicídio em Santa Catarina e traçar estratégias de enfrentamento, a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa realizará seis audiências macrorregionais, desde o mês de maio até o mês de julho. Um dos objetivos é o intercâmbio de ações preventivas que são desenvolvidas por órgãos e entidades em Santa Catarina. Para a Deputada Estadual Marlene Fengler, requerente dessas audiências, “integrar as iniciativas que estão sendo colocadas em prática é fundamental”.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: excelentíssima senhora membro da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia de Santa Catarina, Deputada Estadual Marlene Fengler; Juiz Frederico Andrade Siegel, representando a Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Salete Silva Sommariva; Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Ester Fernanda Coelho; coordenadora estadual das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso do Estado de Santa Catarina, senhora Patrícia Maria Zimmermann D’Avila; Tenente-Coronel PM Marcos Aurélio Ramm, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de *Santa Catarina*, Coronel *Carlos Alberto* de Araújo *Gomes Júnior e o Colegiado Superior da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;* gerente estadual da Coordenadoria Estadual da Mulher da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Aretusa Larroyd; advogada Jaina Atanásio dos Santos, presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/Balneário Camboriú; Prefeito de Mirim Doce, Sérgio Luiz Paisan; Magnífica Reitora da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), professora Márcia Cristina Sardá Espíndola; assessor da Procuradoria-Geral de Contas do Ministério Público de Contas, Jonathan Artmann, representando a Procuradora-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, Cibelly Farias. (*Palmas.*)

O Cerimonial faz o registro das seguintes autoridades: Delegado Regional de Política Civil do Município de Blumenau, Egídio Maciel Ferrari; chefe de gabinete da Reitoria da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), professora Cláudia Regina Lima Duarte da Silva; assessor parlamentar, Nálcio Schmitz, representando do Vereador do Município de Blumenau, Adriano Pereira; assistente social do CRAS Fortaleza, de Blumenau, Mariléia Sestren; assessor parlamentar, Walter Salvador, representando o Deputado Estadual Sérgio Motta.

Com a palavra a excelentíssima senhora Deputada Estadual Marlene Fengler para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Tenham todas e todos uma ótima audiência.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** - Mais uma vez, boa tarde. Agradeço a todos que se dispuseram a participar desta mesa de debates. Nós fizemos convites a, mais ou menos, seiscentas pessoas, e entre elas secretários de Assistência Social, Prefeitos, Vice-Prefeitos, representantes dos CRAS, dos Creas, e Vereadores de toda a região. Eu ainda acho que a participação é pequena, mas o importante é que estamos aqui para conhecer as experiências de quem atua na área. Acho que o mais importante é compartilhar experiências e, a partir delas, a gente construir uma rede efetiva de combate a violência contra mulher.

A nossa primeira audiência pública foi em Joinville e depois em Florianópolis. Hoje é a terceira de uma série de seis audiências macrorregionais para debater a violência contra as mulheres e o feminicídio. Já nessas duas primeiras audiências públicas nós tivemos uma série de depoimentos esclarecedores de ações que já estão sendo realizadas e que podem servir de inspiração para outras cidades e entidades.

Eu acredito que hoje também teremos muitas experiências para compartilhar que também poderão inspirar outras ações. E a ideia não é apenas nos determos aos números que, infelizmente, colocam Santa Catarina como um dos Estados brasileiros mais violentos para as mulheres, pois o que me fez solicitar essas audiências foi a intenção de juntar os atores envolvidos na questão para conhecermos as iniciativas exitosas e trabalharmos em conjunto, cada um dentro da sua esfera de atuação e competência.

Eu desejo que ao concluirmos essa jornada tenhamos conseguido traçar um diagnóstico sobre o mapa da violência contra as mulheres em Santa Catarina: saber o perfil das vítimas, quais os programas de enfrentamento que existem e quais são os resultados, o que está sendo feito e o que falta fazer. Eu acredito que é fundamental incluir nesse debate as ações para recuperar também o agressor.

Nós vamos mostrar o vídeo de um experimento com crianças feito pela Prefeitura de Macapá, que mostra que é preciso ir além da punição e tentar resgatar o menino que um dia habitou esse homem que hoje agride e mata.

(*Procede-se à projeção do vídeo “No Mundo das Crianças Não se Bate em Mulheres”, que mostra que a violência contra a mulher não faz parte do mundo infantil.*)

(*Palmas.*)

Não é natural para uma criança agredir outra sem motivo, então, não pode ser natural que, ainda hoje, homens agridam mulheres; agridam e matem motivados pelo ciúme, pelo sentimento de posse e por se acharem donos. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos.*]

(*Passa a ler.*)

“O que acontece na trajetória dessa criança que se recusa a dar um tapa e quando cresce agride e mata? Entender isso e atuar na educação de meninos e meninas é parte desse processo de desconstrução da violência contra as mulheres.

Eu acredito que juntos nós seremos capazes de criar e aprimorar políticas públicas mais eficientes e com menos custos para o Estado, consequentemente para a sociedade, e defendo a participação da Assembleia Legislativa como um agente catalisador dessas iniciativas.

Como uma das medidas práticas, após as seis audiências, será realizado um seminário para reunir todas as propostas e encaminhamentos dos encontros. Em agosto, também será realizado em Florianópolis um seminário regional dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para troca de experiências e iniciativas sobre como esses Estados enfrentam a violência contra a mulher.”

Depois desse seminário criaremos um grupo de trabalho com todos os órgãos envolvidos, para que a gente possa institucionalizar uma rede de proteção à mulher em Santa Catarina. São os passos que daremos a partir dessas audiências públicas para dar nossa contribuição enquanto Assembleia Legislativa.

Eu preciso também fazer o registro que a Deputada Ada De Luca, que é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, é uma batalhadora por essa causa já há muitos anos trabalhando incessantemente, apresentando projetos, e buscando políticas mais efetivas de combate à violência contra a mulher.

Como eu sou marinheira de primeira viagem, sou Deputada de primeiro mandato, eu ainda não domino muito bem a dinâmica das audiências públicas. Então vocês me desculpem, a gente tenta fazer as audiências da forma mais informal possível, para que a gente possa conversar, cada um colocar suas experiências e também ter a participação do público no sentido de fazer perguntas e compartilhar suas experiências. Por isso, quero combinar com vocês da mesa que cada pessoa fale durante oito minutos, porque a ideia é que termine aqui até as 18h, para que depois a gente possa ouvir as experiências de quem está aqui, as perguntas, enfim, as suas contribuições, depois, daremos cinco minutos para os integrantes da mesa responderem. Pode ser assim?

(*A plenária aquiesce.*)

Sendo assim, passo a palavra para a Magnífica Reitora da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), professora Márcia Cristina Sardá Espindola.

**A SRA. MÁRCIA CRISTINA SARDÁ ESPINDOLA** — Boa tarde a todos e a todas.

É um grande prazer e uma honra recebê-los aqui. A universidade está aberta sempre que for necessário, pois também é seu papel atender essas demandas sociais, assim como é o nosso papel comunitário.

A nossa universidade é uma autarquia municipal, por isso estamos bastante envolvidos com as políticas públicas e demandas do nosso Município e da região - a Furb é uma universidade regional. Então sempre acontecem dentro da universidade debates sobre diversos temas, principalmente na área social, projetos que nós temos com a assistência social, com o Suas, e, principalmente com os cursos de Psicologia e Serviço Social.

No ano passado, tínhamos 35 estagiários da universidade dentro da Secretaria de Estado da Assistência Social trabalhando as diversas políticas públicas. A gente sempre coloca a universidade como um centro de formação com um papel importante no desenvolvimento da independência e do conhecimento, principalmente focado na mulher, porque quem tem a sua independência e tem o conhecimento não vai aceitar qualquer tipo de violência - assim imaginamos. Então é importante sempre debatermos, sempre estarmos abertos a isso, para que acabe qualquer tipo de discriminação voltada ao gênero.

A universidade está aberta e é um grande prazer participar deste debate.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) –** Passo a palavra ao Prefeito do Município de Mirim Doce, senhor Sérgio Luiz Paisan.

**O SR. PREFEITO SÉRGIO LUIZ PAISAN (Mirim Doce/SC)** - Boa tarde a todas e a todos.

Agradeço ao convite que foi formulado e cumprimentando a Deputada Marlene, cumprimento as demais autoridades já mencionadas pelo protocolo. Eu a parabenizo, Deputada, por essa iniciativa. Felizes seríamos senão precisássemos estar aqui discutindo tal assunto.

Eu e a Patrícia, nossa Delegada Regional de Rio do Sul, nos conhecemos há bastante tempo, e no nosso Município e em volta quase não há muitos relatos, ainda bem, mas quem acompanha a mídia televisiva os vê diariamente; são companheiros assassinando não apenas a esposa, mas também filhos e enteados. Eu acho um absurdo, mas cada um tem uma cabeça e cada cabeça uma sentença. Que bom seria se não existisse isso, mas... No Município de Mirim Doce não há muitos relatos. Se há, como se costuma dizer, são silenciosos, a gente nem fica sabendo. Mas se porventura acontecer, a gente tem que estar atualizado na lei e poder estar amparando essas pessoas que sofrem tal dano à sua saúde, quando não à sua vida.

A gente fica emocionalmente abalado por saber que há tantas pessoas com o coração tão ruim, magoado ou infeliz, sabe-se lá. Poderia ser tão diferente, poderíamos viver em um ambiente muito mais humano. E se não dá certo, tem tanta gente aí querendo ser amado, ser amada. Para que ficar sofrendo dentro de quatro paredes, dentro de uma casa, por não suportar o companheiro ou a companheira? São de ambos os lados muitas vezes, pois a gente sabe de relatos de mulheres que também são bravas, né?  Mas a gente está aqui para aprender um pouco mais com vocês e poder levar uma experiência diferente.

O nosso Município tem 2.636 habitantes, conforme o PSF. Então, a gente tem que estar atualizado para poder daqui a pouco levar alguma coisa a mais para essas pessoas que porventura sejam espancadas ou até assassinadas, porque não fica somente no homicídio ou no feminicídio, mas fica na família, ficam filhos, ficam pais, ficam sogros, fica tanta gente desamparada que, às vezes, não consegue mais tomar um rumo tranquilo na vida, vivendo amargurada pelo resto dela. Talvez sofra mais quem fica do que aqueles que vão.

Então, a gente quer apenas dar uma contribuição. Muito obrigado pelo convite e pena que não vieram mais Prefeitos da nossa região. Acho que todos foram convidados, mas cada um tem o seu afazer também, não são em todos os momentos que a gente pode deixar o nosso Município.

Ficaremos aqui pensando em como poderemos ajudar — quanto mais, melhor. Tomara que [a violência] não aconteça nem perante nem no meio das famílias, das pessoas que estão aqui preocupadas com o feminicídio e com a violência contra a mulher, uma coisa tão terrível e pesada para qualquer ser humano, muito mais para as famílias que estão em torno dessas barbaridades.

Muito obrigado pela oportunidade, sejam todos bem-vindos - não é a minha cidade, mas a gente fica contente de poder ver pessoas diferentes com a mesma linha de pensamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler) –** Com a palavra a gerente estadual da Coordenadoria Estadual da Mulher da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, senhora Aretusa Larroyd.

**A SRA. ARETUSA LARROYD** – Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Ao cumprimentar a proponente desta audiência pública, Deputada Marlene, cumprimento todos que se fazem presentes aqui compondo esta mesa.

Eu me orgulho muito de estar representando a Secretaria de Estado da Assistência Social onde estou como gerente estadual da Mulher e Direitos Humanos, pois é um momento muito especial participar dessas audiências públicas que a Deputada Marlene, por meio da Comissão de Direitos Humanos, juntamente com a Deputada Ada, vêm desenvolvendo no Estado.

Eu sempre digo que debater é o primeiro passo para o enfrentamento à violência contra a mulher, essa violência que tem a ver comigo, com você e com todos nós, e é compromisso do Estado e de toda sociedade enfrentar todas as formas de violência. E não tem outra forma, Deputada Marlene, é realmente nos unindo, nos dando as mãos que vamos fazer com que a sociedade se envolva e faça parte dessa batalha, desse combate.

Eu parabenizo toda essa sua iniciativa, esse seu empenho, em de não trazer pai de ninguém aqui. Aqui todos são atores corresponsáveis desse enfrentamento. A forma da sua condução das audiências públicas, Deputada Marlene, vem tornando isso uma política pública. E esse é o nosso papel, não é? Criar uma grande rede, talvez nem uma rede, uma malha, porque a rede ainda acaba tendo furos e nesses furos os mais vulneráveis, os mais frágeis ainda escapam. Está na hora de nós juntarmos todas as nossas forças e combatermos essas formas de violência, em especial o feminicídio, esse crime de ódio, de menosprezo em relação ao gênero.

Estar aqui é um momento de orgulho muito grande. Eu digo que nós estamos em um momento ímpar em se tratando de governo do Estado, porque nós temos, pela primeira vez, uma Vice-Governadora mulher. Isso a gente tem que ressaltar e trazer a nosso favor. Também temos no governo do Estado o maior número de mulheres à frente dos espaços, à frente das Secretarias e dos órgãos com poder de decisão. Isso também faz a diferença nesse enfrentamento.

E ainda enquanto governo do Estado, criamos o Comitê Intersetorial da Mulher, no qual a Delegada Ester e a Delegada Patrícia representam a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil e a Polícia Militar através do programa Rede Catarina, e a Secretaria de Justiça e Cidadania, a Secretaria de Educação, a Secretaria da Saúde e a Secretaria de Assistência Social também estão representadas. Nesse comitê conseguimos alinhar todas as ações das Secretarias estaduais para que possamos chegar aos Municípios por intermédio desses órgãos e efetivar as políticas públicas para as mulheres, não apenas no enfrentamento à violência, mas enquanto igualdade de gênero, empoderamento feminino, autonomia financeira, enfim, todos esses eixos que fortalecem a mulher para que ela saia desse ciclo vicioso.

As mulheres precisam estar em pauta, sim, por conta de sermos a... (*falha na gravação.*)... estão aí, não nos deixam mentir, que precisamos de um olhar diferenciado, de uma forma intersetorial.

Além de os números estarem aí, ainda temos que olhar as mulheres enquanto viés, enquanto mulheres negras que sofrem muito mais, mulheres idosas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres imigrantes, enfim, realmente requer toda essa sinergia, Deputada, e é esse o nosso engajamento.

Nós viemos mais ouvir para que possamos levar as experiências que são exitosas para propagar em outros Municípios e também, enquanto Estado, enquanto Secretaria de Assistência Social, [saber] de que forma nós podemos contribuir para os Municípios efetivarem essas políticas.

Em todo o Estado nós temos 383 CRAS, 100 Creas, que é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, 31 DPCAMIs especializadas, temos o programa Rede Catarina atingindo em torno de 80 Municípios, temos 10 Centros POPs de moradores de ruas, 11 casas de passagem, casas de acolhimento, totalizando um número de acolhimento de praticamente 300 mulheres.

A função da Gerência da Mulher é articular todos esses segmentos para que possamos atender essa mulher vítima de violência, mas o principal é fazer com que essa mulher receba informação — disso que a reitora falava —, promover momentos para ela saiba os tipos de violência que existem, não apenas a física, mas todos os outros tipos de violência. E quando existe uma violência doméstica, familiar, todo o entorno adoece, como crianças, enfim, e precisa ser tratado, e essa mulher precisa se encontrar enquanto vítima, porque na grande maioria das vezes ela não se encontra. E aí o nosso papel de agente público é fazer com que essa mulher receba essa informação, que ela conheça esses tipos de violência, que ela conheça a lei, os seus direitos, os equipamentos que o Município tem para poder acolhê-la, poder ampará-la. Isso tudo é informação que tem que chegar a ela, e nós não temos dúvida, enquanto Estado, que o nosso papel primordial é capacitar todos os técnicos, todos os profissionais, em maior número possível.

 Nós temos aqui no Município de Blumenau um trabalho que é referência em todo o Estado, através do Creas, do TJ, do professor Ricardo, que é o trabalho de reconstituição do agressor homem. Um trabalho magnífico que já está sendo referência para outros Municípios.

Também temos uma referência aqui em Blumenau no atendimento às vítimas de violência sexual um trabalho que também é muito maravilhoso, que sabemos que tem que propagar, e nós estamos imbuídos disso, de que temos que levar isso adiante.

Nós estamos aqui para ouvir e temos uma tarefa enquanto gerência da mulher de instituir e implantar conselhos municipais de direitos da mulher em todo o Estado. Temos déficit no Estado, apenas trinta — e aqui eu gostaria de cumprimentar a Marisa, que é a presidenta do Conselho Municipal dos Direito da Mulher de Gaspar, e a Secretária do Conselho —, e esses conselhos são a oportunidade de trazer a sociedade civil para esse debate para participar e ouvir essas mulheres que integram os conselhos municipais.

Estamos aqui à disposição. Agradeço imensamente à Marlene por essa oportunidade.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Obrigada, Aretusa.

Passo a palavra para a coordenadora estadual das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso do Estado de Santa Catarina, Delegada Patrícia Maria Zimmermann D’Avila

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’AVILA** – Cumprimentando a Deputada Marlene, a doutora Ester e o Juiz de Direito, cumprimento todas as autoridades que se fazem presentes.

Peço licença para ir à frente porque eu vou apresentar o programa da Polícia Civil voltado ao atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica familiar.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

 Sou Delegada de Polícia de entrância especial, trabalho há mais de vinte anos na Polícia Civil. Como o Prefeito Sérgio falou, já fui Delegada Regional de Polícia Civil em Rio do Sul. Sou egressa da Furb, fiz minha graduação em Direito aqui, a pós-graduação em direito penal e processo penal — fiz duas na realidade — aqui na Furb, e o mestrado em ciência jurídica da Univali em convênio com a Furb. Então conheço a terra de Blumenau, já trabalhei aqui, já estudei aqui, e na maior parte da minha carreira como Delegada de Polícia trabalhei na região do Alto Vale do Itajaí.

Gostaria de dizer que nesses mais de vinte anos como Delegada de Polícia, um grande desafio, pelo menos para mim, na carreira foi a questão do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Por que a questão do enfrentamento à violência doméstica e familiar? Porque nós trabalhamos num crime em que anteriormente havia uma relação de afeto entre autor e vítima. E esse desafio é tão grande que muitas dessas mulheres que sofrem violência doméstica e familiar estão em uma condição de vulnerabilidade muito grande, mas não se veem nessa posição. Então trabalhar com o crime de violência doméstica e familiar é muito mais desafiador do que a investigação de outros crimes.

Nós tivemos aqui no Município de Blumenau, no ano de 2018, dois casos de feminicídios, lamentavelmente. Cada mulher que morre em Santa Catarina nós estudamos todo o histórico daquela morte. Eu vinha dentro do carro recebendo as informações do feminicídio desta manhã da região de Chapecó, que tinha zerado, nós já estávamos há mais de um ano sem feminicídios nessa região.

Pensando no atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a Polícia Civil catarinense desenvolveu o programa Polícia Civil Por Elas. Mas esse programa não é uma invenção da cabeça da Delegada Patrícia, do psicólogo que trabalha comigo, Antônio, dos agentes de polícia, não. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke.*] Esse programa é baseado tanto no estudo da violência doméstica familiar como também na Constituição Federal, na convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra mulher da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, na qual foi baseada a Lei Maria da Penha — então a Lei Maria da Penha —, nas normas técnicas de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres, e nas normas técnicas de atenção humanizada às pessoas em violência sexual.

Aqui em Blumenau saiu o protocolo, mas eu acompanhei por Florianópolis a luta que foi para a construção dele, para a definição das formas de atendimento. E aí há uma diferença muito grande na questão da violência sexual, porque o tempo é o nosso maior inimigo, então, nós temos uma necessidade de atendimento pronto, logo após o contato sexual para receber a profilaxia de emergência, o que funcionando bem aqui agora, né, graças a Deus.

Então, o programa abrange questões que vão além da apuração da infração penal e sua respectiva autoria. Por quê? Porque hoje um dos nossos maiores desafios é o da mulher que retorna ao convívio com o agressor. Há casos em que a mulher está numa medida protetiva de urgência e retorna ao convívio com o agressor. Há casos no crime de ameaça, que é o de maior notificação, em que a vítima ou ela não representa ou ela desiste da representação numa audiência em juízo. Ela não consegue muitas vezes perceber o risco que ela corre. Então, vai muito além do que um processo penal e um processo civil e abrange essas relações íntimas de pessoas que vivem sobre o mesmo teto, seja homem ou mulher, seja numa relação homoafetiva entre duas mulheres.

A intervenção passa pelo fortalecimento e escuta da mulher; reflexão para homens autores de violência; reflexão para crianças e adolescentes nas escolas; melhoria na qualidade do nosso atendimento; aqui está o professor - eu já o conheço há alguns anos, a nossa última participação foi em são José - que desenvolve um brilhante trabalho junto com a equipe do Município de Blumenau a respeito do trabalho com homens autores de violência; e a articulação em rede para enfrentamento da violência contra mulher. Prefeito Sérgio, hoje, não era apenas o senhor que tinha que estar aqui, eram todos os Prefeitos do Alto Vale. Por quê? Porque no enfrentamento à violência contra a mulher não é somente a Polícia Civil que vai atuar, não é somente o Judiciário que vai resolver, não é somente o Ministério Público, nós temos que ter trabalho em rede, temos que ter trabalho articulado, e isso eu e a Aretusa buscamos diuturnamente.

Eu falei da Constituição por quê? Porque assim consta no seu artigo 226: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (...) § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”

Então, a violência contra mulher é uma das formas de violação de direitos humanos? Sim! Ela é uma grave forma de violação de direitos humanos e ela tem que ser vista sob esta ótica.

A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além da Lei Maria da Penha, que é de 2006, nós tivemos em março de 2015 a lei que tipifica o feminicídio. Ou seja, até 2015, a mulher que morria por ser mulher ou a mulher que morria por violência doméstica e familiar entrava na estatística dos homicídios. Nós não tínhamos esse destaque estatístico. Hoje, nós temos uma qualificadora que tipifica o crime de feminicídio num mesmo artigo que tenha tipificação de homicídio.

A complexidade do atendimento especializado para as mulheres vítimas de violência, especialmente no que se refere aos atos de polícia judiciária e a presença de um espaço que garantam direitos e acesso à justiça para mulheres em situação de vulnerabilidade. Aqui (*mostra slide*), Deputada Marlene, a doutora Ester nos deu a missão para melhorarmos essa questão das salas de acolhimento e atendimento. A ideia da polícia judiciária é ter essa sala para atendimento dessas mulheres para amparo, porque muitas vezes chegam humilhadas, menosprezadas, assustadas, e muitas vezes elas chegam com filhos. E uma coisa muito simples como uma troca de fralda acaba se tornando complexa num ambiente público, porque você precisa de um espaço mínimo para fazer isso, um local mínimo para se amamentar um filho. Então, são situações muito mais complexas e a gente tem estudado essas questões.

Então, toda mulher independentemente da classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião que procurar atendimento deverá receber tratamento digno, humanizado e respeitoso. Eu tenho conversado muito com o doutor Egídio e com a doutora Juliana a respeito do que é esse atendimento humanizado. Muita vezes nos colocamos no lugar dessa vítima e a gente pensa: “Ah, se fosse comigo não seria assim.” Mas é diferente, porque eu tenho uma educação, eu tenho uma bagagem de vida, eu não posso julgar o meu semelhante com meu histórico de vida. Então, quando a gente fala em escuta atenta não julgadora é você acolher e ouvir aquela mulher, porque, às vezes, do relato dela vem uma narrativa de violência por meio da qual podemos evidenciar que ela está em risco de perder a própria vida. Da vítima de Chapecó, de hoje de manhã, o relato que se tem é que havia crises de ciúmes, que ele não estava aceitando o fim do relacionamento, que havia uma ameaça anterior e ela amanheceu, no dia de hoje, assassinada pelo companheiro. Morreu porque era mulher!

Então, a mulher que se encontra em atendimento ou aguardando para ser atendida deverá estar num ambiente reservado e separado do agressor. Aí é o cuidado nas salas de atendimento que a doutora Ester nos incumbiu essa missão ali na Coordenadoria.

O acolhimento em oitiva do relato da violência sofrida pela mulher deve ser feita em local que garanta a privacidade da vítima e do seu depoimento. Esse é um dos fatores que mais inibe a mulher quando ela vai relatar a situação de violência, Coronel Marcos, porque ela sente vergonha. No caso da Luíza Brunet, ela foi agredida durante anos e ela tinha vergonha de denunciar a violência que sofria. Então, não é em qualquer espaço, não é em qualquer momento que essa mulher vai relatar a violência. Por isso, que a ideia é de um ambiente separado onde não se tenha contato visual dessa vítima, quem passa lá fora não consegue vê-la e ela tenha a liberdade de falar sem ser ouvida por quem está lá do lado de fora. Esse cuidado é muito importante.

Então, o atendimento inicial e o acolhimento da mulher vítima de violência deveram ser feitos, preferencialmente, por policial do sexo feminino. Essa é uma alteração da Lei Maria da Penha. Ah, mas só policiais desse sexo atendem bem as vítimas? Não! Nós temos policiais civis - e aqui eu vou falar da minha instituição - que são homens e que atendem maravilhosamente bem essa mulher. Por isso, o investimento na qualificação desses profissionais. Está certo? Mas por que o primeiro contato com uma mulher? Porque quando ela se identifica com outra mulher, ela já fica mais à vontade para relatar a situação de violência dela.

A escuta atenta, profissional, qualificada, sigilosa, não julgadora e observadora vai proporcionar o quê? O rompimento do silêncio, do isolamento dos atos de violência aos quais estão submetidas, buscando a salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional. Mulher, quando sofre violência, se isola do convívio da família, se isola do convívio dos amigos, se isola do convívio social, e aí ela passa a ser presa fácil nas mãos do seu agressor. Então, até o momento em que se consiga romper esse silêncio... há pouco tempo, no programa da Ana Maria Braga, passou o relato de uma modelo que gerou o Programa Mãos Empenhadas, no Mato Grosso do Sul, buscando a capacitação de profissionais da área de beleza e nós estamos fazendo aqui com os profissionais da Polícia Civil. Eu tenho feito com os profissionais das escolas na área de beleza, para que eles tenham atenção com o relato dessas mulheres. Essa modelo durante quatro anos, uma mulher linda, empoderada, que tinha sua renda pessoal, foi vítima da forma mais cruel de violência psicológica. E o autor a manipulava como ele queria, até o momento em que ela conseguiu romper esse silêncio.

É normal a mulher nos procurar, né, Delegada Juliana, uma, duas, três, quatro, cinco vezes, ela pode vir vinte vezes, trinta vezes. Em nenhum momento eu posso olhar para aquela mulher e dizer: “O que você está fazendo aqui de novo?” Porque é direito dela. A gente tem que trabalhar esse empoderamento, para que ela tenha condições de romper esse ciclo da violência.

Então, é um conjunto de ações para o enfrentamento da violência. E aqui são diferentes frentes para o enfrentamento. Eu tenho uma dificuldade muito grande quando eles falam de presunção de índices subnotificados. O que não está notificado não aparece, o que não aparece eu não consigo mensurar. A única estatística real que temos de violência contra a mulher é o crime de feminicídio, tentado ou consumado. Por quê? Porque no crime contra a vida não se consegue subnotificar: ou o cadáver aparece, ou entra na estatística de desaparecidos.

Todas as outras presunções, nós não temos como auferir. Não há um mecanismo que me dê isso com exatidão, mas eu sei que quanto melhor o trabalho da rede de atendimento maior o número de notificações. E é o que nós discutimos lá com a Aretusa Larroyd. Se nós trabalharmos bem no atendimento, nós vamos ter um aumento inicial muito grande de notificação de ameaça, de lesão, de estupro, de danos, de injúrias, e vamos ver aos poucos os crimes de feminicídios caírem.

O último atlas da violência saiu agora e Santa Catarina ficou como o segundo Estado mais seguro do País em relação aos crimes contra a vida. O primeiro foi Distrito Federal, o segundo foi Santa Catarina, e o terceiro foi São Paulo, onde, proporcionalmente - que daí faz a estatística pela população feminina – em menor quantidade as mulheres perdem a vida por serem mulheres ou na relação de violência doméstica e familiar. Mas nós podemos ser o Estado mais seguro do País, que enquanto tiver uma mulher sofrendo violência, enquanto tiver uma mulher perdendo a vida, é missão da Polícia Civil trabalhar no enfrentamento a essa forma de violência.

O ciclo da violência. Começa sempre com uma violência psicológica. Não há um caso de feminicídio que não tenha, pelo menos, um ato de censura, de humilhação, de ameaça, de menosprezo. Ele começa assim: “Não usa essa saia porque ela é muito curta.” Ou: “*Happy hour* no final do dia? O que é isso? Mulher minha bebendo cerveja com as amigas no boteco?” Já não pode ir. E aí começa a isolar aquela mulher.

O primeiro ato e a maior notificação das nossas estatísticas é o crime de ameaça. Nós não temos um caso de feminicídio que não tenha um B.O. de ameaça ou um relato de ameaça anterior. É o tradicional: “Vou te matar.” Ou: “Ah, se tu fores a tal lugar, eu vou te dar uma surra.” Quer ver como eles usam os filhos como moeda de troca: “Se tu me deixares, eu tiro as crianças de você.”

Então, esse ciclo da violência começa com a violência psicológica; tem a evolução para a ameaça; a injúria, que daí é o palavrão, a ofensa contra a mulher; a lesão corporal; e, por último, o feminicídio. Aquela mulher pode nos aparecer na estatística apenas como feminicídio, mas nós vamos fazer a investigação com o olhar de gênero - e isso a Polícia Civil tem feito - e o que nós vimos? Há um relato de ameaça de violência psicológica anterior.

As ações. São voltadas às mulheres que aderem ao programa, voltadas para homens autores de violência - e aqui, professor, o senhor faz muito bem, o senhor é referência, e eu o cito sempre nas minhas falas -, e as ações voltadas para as crianças. E também a gente trabalha como forma de proteção, as ações voltadas às equipes das delegacias de proteção e também a todas as unidades. Por quê? Porque, às vezes, eu posso não ter um Boletim de Ocorrência na delegacia especializada, mas posso ter da delegacia municipal, como é o caso, por exemplo, de Mirim Doce, cuja delegacia municipal é da Comarca de Taió. Essa mulher que chega lá em Mirim Doce não vai precisar vir à Comarca de Taió para fazer o registro, porque o policial de Mirim Doce já tem a orientação e já sabe o que fazer. Por isso a nossa ideia é estender esse atendimento para todos os Municípios do Estado enquanto Polícia Civil.

Grupo de Mulheres. Nós temos um grupo reflexivo para as mulheres vítimas de violência que promove a autoestima dessas mulheres através da troca de experiência proporcionada por grupos.

E aqui eu tenho... é psicólogo, né?

(*Manifestação fora do microfone. Inaudível.*)

Policial Civil, não? Delegado. Doutor David Sarraff , que trabalha com os psicólogos, o senhor não acha que esses grupos de psicólogos que trabalham com as mulheres não nos trazem um resultado muito positivo na hora em que uma começa a compartilhar a experiência com a outra e vê que não está sozinha? Traz! Por quê? Porque, muitas vezes essa mulher se vê num isolamento total e acha que aquilo acontece somente com ela. Então, nos sentimos em uma situação tamanha que nós precisamos romper esse silêncio, e esse trabalho em grupo é importante. Há um encontro semanal para que as mulheres relatem as suas histórias, receberam orientações psicossociais a respeito da sua situação e orientações jurídicas, e, em Balneário Camboriú, tem o Programa OAB Por Elas em que a advogada, dentro da delegacia, faz o atendimento - eu acho que são duas vezes por semana, né?

(*Manifestação fora do microfone: “Agora vai passar para três.”*)

Isso é importantíssimo, porque muitas vezes elas chegam para nós e dizem assim: “Eu não quero que ele vá preso, eu só quero me separar e parar esse problema da violência.” E a separação não é a Polícia Civil que faz. Ou muitas vezes ela diz assim: “Eu só quero que ele pare de beber ou que ele deixe de ser violento.”

Então, de quantos encontros ela vai participar? O psicólogo que medeia o grupo que vai definir a quantidade de encontros.

Hoje, nós já temos estudado, doutora Ester, situações para a gente trazer algumas mulheres para dentro do grupo, porque há casos que nós oferecemos o grupo e elas ainda se sentem envergonhadas.

Ações de fortalecimento para as mulheres que proporcionam a melhoria da autoestima da mulher vítima de violência doméstica e familiar. E aí vem o empoderamento. A mulher não é só por uma questão de emprego e renda que a mulher vem sofrendo violência, pois há casos em que ela é quem mantém a família, é o salário dela que paga as contas de casa, e ela vive numa situação de violência doméstica e familiar por uma dependência emocional. E aí um projeto que deu certo foi O Espelho Meu que foi executado em São José, onde essas mulheres passaram por encontros semanais com psicólogas, participaram de sessões de *coaching*, e foi trabalhada a questão emocional delas. Também foi feito um dia de beleza e elas fizeram um *book* fotográfico num estúdio de fotografia que foi parceiro. A melhora na autoestima e o relato que temos dessas mulheres são impressionantes. É uma ação muito simples.

Reflexão com um grupo de autores de violência. Joinville e Tubarão estão indo muito bem com esse programa. Professor Ricardo, nós queremos que Blumenau também faça esse programa - eu sei que o senhor está com uma agenda extremamente extensa. Esse programa está dando resultado, por quê? Porque o homem, quando está com o intento de matar uma mulher, só não tira a vida dela se ele for preso. Então, hoje há a possibilidade de se prender em flagrante delito o autor do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência. Há uma observação muito cuidadosa na questão do descumprimento de medida protetiva de urgência, pois esses homens têm sido presos preventivamente quando é necessário para garantir a integridade física daquela mulher. Mas essa prisão não é eterna, porque ele volta para o convívio social. Esse homem autor de violência doméstica não vai para um cantinho e fica lá isolado para o resto da vida; ele volta a se relacionar com a mesma mulher ou com outra.

Então, o grupo reflexivo promove a mudança do comportamento masculino e a não reincidência nessa forma de violência. Aqui em Joinville e em Tubarão nós fizemos dez encontros e a determinação para a participação dos homens é com determinação judicial, porque eles não vão voluntariamente. Ou seja, é feita a primeira entrada no programa por determinação judicial quando há a concessão de uma medida protetiva de urgência. Em Joinville já há um relato dos homens que estão indo para os últimos encontros e, aí, a Universidade de lá vai abraçá-los e vai continuar com grupos pós ou com o Programa Polícia Civil por Elas. Isso é importante por quê? Porque trabalha aquela questão do nervosismo, do *stress* emocional. A mudança é muito forte.

Esse é um programa no qual eu acredito, por quê? Porque nós vimos que através da educação mudamos o comportamento, mudamos a geração. Em Itajaí, nós já estamos formando o primeiro grupo de adolescentes nas escolas com a turma do 9º ano. Nós trabalhamos com turmas do 8º ano ou do 9º ano e são promovidos cinco encontros pontuais discutindo essas questões de relacionamento entre as pessoas, entre um homem e uma mulher, a questão da violência doméstica contra mulher. Esses grupos são mediados por psicólogos ou policiais que sejam capacitados e tenham os perfis - pode ser de todas as outras carreiras. No início, nós fizemos um teste inicial e, ao final, um teste final. E o relato de Itajaí está sendo muito positivo nessa questão da melhoria e da discussão em salas de aulas. As crianças começam a olhar diferente a relação que têm com os outros. Como aquele vídeo que a Deputada Marlene passou, a criança não nasce na sua essência violenta, ela vai construir isso. Por isso que a gente precisa falar isso durante a formação escolar.

Não está no *slide,* mas eu falei antes do grupo voltado aos policiais civis. Nós fizemos uma grande capacitação no seminário Programa Polícia Civil Por Elas e trouxemos palestrantes da instituição que trabalham com o programa. Veio também a Delegada Eugênia Villa, que é subsecretária de Segurança Pública do Estado do Piauí, e desenvolveu o aplicativo Salve Maria. A Desembargadora Salete Sommariva e o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina estão recebendo esse [aplicativo]; ele vem de graça, não há custo, e todos os entes vão integrar as ações do programa. Há um botão de denúncias, então, quando qualquer pessoa que tem um aplicativo salvo no seu celular e quer fazer a denúncia, pode fazê-la que ela vai para a delegacia de área, e nós temos que fazer a investigação e informar. Quando há emergência e situação de pânico, há um botão do pânico e o georreferenciamento dá uma localização precisa. No Estado do Piauí, a Polícia Militar tem feito e alguns outros Estados parceiros estão unindo as Guardas Municipais para prestar esse primeiro atendimento de emergência.

O que é interessante nesse programa? O nome. Ele não traz a palavra violência. Ele já vem Salve Maria. É um aplicativo que não identifica, inicialmente, as mulheres vítimas de violência, ele já está em todas as plataformas que se possa imaginar, isto é, não há mais custos para colocá-lo nas plataformas. Já temos cinco Estados do País aderidos - Santa Catarina vai ser o 6º; se nós conseguirmos que esse aplicativo seja o mesmo no País inteiro, respeitando as áreas de cada Estado, essa ação se tornará nacionalmente conhecida, como é a Lei Maria da Penha. Hoje, quando a gente fala da Lei Maria da Penha, todo mundo sabe o que é.

E nesse seminário nós também trouxemos duas palestrantes do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Então todas essas ações nós temos construído em parceria com a ONU, porque o trabalho de enfrentamento à violência doméstica e familiar não é somente um caso de polícia, do Ministério Público e do Judiciário, mas é uma ação que envolve todos nós. E o que pedimos? Naquele caso da advogada do Paraná que foi jogada pelo marido da sacada, quanto tempo ela ficou sendo agredida? Poxa, será que ninguém tinha um botãozinho ali para pedir socorro? Será que ninguém tinha o telefone celular para pedir socorro? Porque havendo a intervenção policial naquele momento, cessa a questão da violência e aquela mulher permanece viva.

Hoje, nós estamos com 28 mulheres em Santa Catarina que perderam suas vidas este ano ou por serem mulheres ou por estarem numa relação de violência doméstica e familiar. Isso é muito grave. Cada mulher dessas que perde a sua vida, os filhos ficam órfãos por completo, porque o pai vai preso e a mãe não retorna mais. Nós temos uma estatística em torno de 25% a 30% de suicídios de autores de violência doméstica e familiar, e os que não se suicidam respondem um processo preso.

A impunidade não é mola propulsora para a prática desse crime. O fenômeno é muito mais grave e exige envolvimento de todos nós. Se todos nós trabalharmos juntos essa questão, vamos mudar essa realidade.

Então, se eu vejo a minha vizinha sofrendo violência, se eu tenho uma amiga que sofre violência, eu tenho que acolhê-las, ajudá-las e fazer a denúncia. É isso que a gente pede.

Desculpa por extrapolar o tempo, mas eu precisava apresentar o Programa.

Muito obrigada. (*Palmas.*) [*Transcrição: Taquígrafa Maria Aparecida Orsi.*] [*Revisão: Taquígrafa Sibelli D’Agostini.*]

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, doutora Patrícia, foi muito importante a sua participação aqui. Muito interessante, muitas coisas para se pensar e muitas coisas para se fazer.

Agora com a palavra o Juiz Frederico Andrade Siegel, representando a excelentíssima Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Salete Silva Sommariva.

**O SR. JUIZ FREDERICO ANDRADE SIEGEL** — Boa tarde a todos.

Primeiramente, agradeço as Deputadas Marlene e Ada pela iniciativa de estarmos aqui discutindo e tentando dar alguma luz a esse problema extremamente complexo, e também aproveito para parabenizá-las pela audiência. Aliás, o tema é complexo demais para tentar abordar e falar alguma coisa em oito minutos, porque são diversos aspectos de imensas dimensões que devem ser tratados nesse assunto.

O primeiro deles é a questão de que cada direito que é estabelecido por uma lei, pela Constituição, por uma lei ordinária ou por uma lei complementar, custa dinheiro, custa muito dinheiro. Numa visão pragmática cada direito que é estabelecido em favor das mulheres, em favor de qualquer tipo de categoria da sociedade seja idoso, criança ou mulher, custa dinheiro porque depende da prestação de serviços do Estado. Prestação de serviço no sentido de que não é apenas criar uma lei que proteja a mulher, é preciso dar uma estrutura para essa lei. E a estrutura do Poder Judiciário...

Eu falo aqui como Juiz, estou há dez anos na profissão e há um ano na 2ª Vara Criminal, e nesta tenho 3.300 processos. Blumenau é uma das maiores cidades de Santa Catarina e não tem uma unidade específica do juizado especial de violência doméstica. Então eu divido minha a atenção entre os crimes relacionados à violência doméstica com outros tipos de crimes.

Alguns dos crimes que tratam de violência doméstica têm penas, como ameaça e lesão corporal, bastante pequenas, e o Código Penal estabelece um prazo para que a pessoa que cometa determinado crime seja punida. Eu não posso extrapolar esse tipo de prazo. Então, se ela vier a receber uma pena inferior a um ano, o Estado tem três anos para tentar punir essa pessoa. Se eu não conseguir acabar o processo nesse prazo de três anos, essa pessoa não poderá mais ser punida, é o que se chama de prescrição. Eu lhe digo que é muito difícil acabar o processo em três anos pela quantidade de processos que nós temos e pela nossa falta de estrutura. Então, o doutor Sarraff e a doutora Juliana se esforçam muito para fazer os inquéritos, para ouvir as pessoas e, quando ele é remetido para o Fórum, pela falta de estrutura que nós temos, não conseguimos em algumas ocasiões definir se aquela pessoa praticou determinado crime, não consigo puni-la porque eu não consigo terminar o processo em três anos.

Alguém poderia dizer então: vamos aumentar o prazo prescricional do Código Penal em maior tempo. Mas, ainda assim, não vejo muita lógica em manter o prazo maior da prescrição. Não há lógica em eu concluir um processo em que se imputa ao réu a prática de um crime de homicídio, de ameaça ou de lesão corporal se eu não consigo acabar o processo em três anos. Na verdade, o ideal não é aumentar o prazo prescricional, o ideal é eu acabar o processo no menor tempo, mas, para acabar o processo em menor tempo, eu preciso de uma estrutura de funcionários. O Poder Judiciário, a 2ª Vara Criminal, sofre com dois funcionários a menos e tem anunciada a aposentadoria de mais um funcionário para o mês que vem. Então eu terei três funcionários a menos do que o habitual. Isso tem um impacto tremendo na tramitação do processo, porque o processo não tramita só com base nas decisões que o Juiz profere, ele depende que os servidores cumpram as decisões. E, para o Tribunal de Justiça contratar mais funcionários, ele depende de recursos, e, aí, Deputada, vem a responsabilidade de a Assembleia no sentido de não reduzir o duodécimo do Poder Judiciário, porque isso impacta diretamente na possibilidade de contratação de mais servidores.

Nós tivemos um projeto de lei que tentou reduzir o duodécimo e tem outro mais à frente que também tem essa intenção. Então, veja que não é simples a sua decisão de analisar um projeto de lei, que tem por objetivo reduzir duodécimo, ainda que tenha em conta exceções, sendo que uma das consequências, a senhora pode ter certeza, será a maior quantidade de processos que serão prescritos envolvendo violência doméstica.

Outra questão, não apenas do Poder Judiciário, é do Executivo. Ao mesmo tempo em que eu identifico uma necessidade de manter o orçamento do Poder Judiciário para a contratação de servidores, eu vejo uma necessidade de o Poder Executivo investir em serviços de atendimento, não só de homens envolvidos em violência doméstica, mas também de mulheres envolvidas em violência doméstica. Eu tenho dez anos de carreira como Juiz, há um ano que estou aqui, em Blumenau, mas eu passei por outras comarcas. E, em uma das comarcas por onde passei tinha um acúmulo de audiências para perguntar - em que a mulher é chamada ao Fórum, no início do procedimento em processos que não são graves, como ameaça, contravenção penal de vias de fatos, que são agressões que não deixam marcas - se ela tem interesse em continuar com o processo ou não. Quando eu cheguei numa determinada comarca marquei uma tarde inteira [de audiências], foram 54 só para ouvir as mulheres. E das 54 mulheres que foram chamadas para virem ao Fórum para dizer se elas teriam interesse em continuar com o processo ou não somente 2 quiseram dar prosseguimento.

Há um número crescente de mulheres que vão à Delegacia de Polícia, fazem o seu relato, dizem que estão sendo ameaçadas, dizem que foram agredidas, mas, depois, não têm interesse em continuar com o processo. Ou, então, quando têm interesse, momentos depois, alguns meses depois, em que são chamadas para dar o seu relato sobre como aconteceu [a agressão], elas dizem que simplesmente caíram, tropeçaram. Eu nem posso dizer que essas mulheres foram coagidas pelo marido a dar aquele depoimento porque muitas vezes ele está preso, nem teve contato com a mulher. Então, é um contraponto que faço porque há muitas situações, obviamente, que não é a maioria em que as mulheres mentem. E aí elas são processadas por denunciação caluniosa, quer dizer, além de ter sido vítima de agressão, ter sido vítima de ameaça, ela muda seu depoimento, mente, e vai ser processada por outro crime, porque o Ministério Público, nesse caso, tem denunciado as mulheres por denunciação caluniosa. Aí nós temos mais um processo para apurar o porquê de ela ter mentido em juízo.

Então eu vejo há necessidade de investimento em serviços, em fortalecimento do CRAS e do Creas, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semudes), que é um exemplo que temos aqui, em Blumenau, para o fortalecimento de uma rede de atendimento às vítimas, para que elas consigam, por seus meios próprios ou por ajuda assistencial, sair desse buraco que se meteram, que é um relacionamento, muitas vezes, nocivo e que ela não consegue se dar conta.

Eu vejo que, em muitas ocasiões, na verdade, é necessária uma busca ativa pela mulher para fazer isso. Muitos processos em que se defere a medida protetiva em favor dela, para que o agressor não se aproxime dela, o oficial de justiça comunica a possibilidade de ela ser atendida na Semudes, em uma rede de atendimento que existe em favor dela. Mas ela não vai, talvez porque ela não consiga reunir forças para ir até lá e, nesse caso, há uma necessidade de uma busca ativa pela mulher para que ela integre essa rede de atendimento.

Outro fator que também vejo é o envolvimento de drogas, de álcool e de substâncias ilícitas: cocaína, *crack*, maconha, enfim, de tudo quanto é tipo. A mulher muitas vezes acaba sendo vítima de ameaça, de lesão, porque o seu companheiro está envolvido com esse tipo de substância entorpecente. Então também há uma necessidade de um fortalecimento do CRAS, do Creas, para atendimento desses homens. Eu já tenho condicionado, em decisões que analiso, por exemplo, o auto de prisão em flagrante, em que a pessoa é presa por ameaça ou contravenção, ou por lesão corporal, a liberdade dele a frequência em um tipo de programa desses. Mas, em algumas ocasiões em que se determina o afastamento do agressor do lar conjugal, que ele residia aqui, ele vai morar na casa de um parente que não é aqui, em Blumenau, muitas vezes é em outro Município, pode ser em Ibirama, em Mirim Doce. Então é importante que os Municípios, inclusive Municípios pequenos, forneçam serviços de atendimento a essas pessoas. Eu não posso obrigar que o agressor frequente um programa de atendimento se ele vai morar num Município que não é atendido por esse serviço, se o Município não tem condições de prestar esse tipo de serviço, então, ele que faça convênio com Municípios maiores.

Nós temos o exemplo da Semudes de Blumenau, mas, quando eu determino o afastamento do agressor do lar conjugal, ele vai morar em Gaspar ou vai morar em Indaial, na casa de um familiar, aí, ele já não pode frequentar porque é outro Município. A Semudes é um serviço municipal que só atende as pessoas que são residentes em Blumenau. Então estou diante de outro problema, não é? E é um serviço que eu reputo relevantíssimo, é um exemplo a ser seguido por outros Municípios.

Por isso, que digo que na verdade o direito é complexo, porque ele depende de vários canais, de várias dimensões para ser tratado, ele depende de recursos, de investimentos não só no Poder Judiciário; mas na Polícia Civil para que conclua o mais rapidamente possível todos os inquéritos; no Poder Judiciário para que dê encaminhamento mais célere possível a esse tipo de procedimento; no fortalecimento dos serviços municipais para que apresentem e ofereçam programas que abordem essa questão, seja ele relacionado ao empoderamento da mulher, ao fortalecimento dos vínculos familiares da mulher ou ao tratamento, até em determinados casos, com psicólogo do agressor.

Então a doutora Patrícia estava me dizendo que a prisão por descumprimento de medida não é eterna, realmente não é eterna, e ela é bem curta, porque crimes de ameaça são, por exemplo, pena de um mês a seis meses. Eu não posso manter o cidadão preso por mais tempo do que ele ficaria se recebesse uma sentença punitiva. Logo, dificilmente consigo manter essa pessoa presa por mais de trinta dias, além da pena não ser eterna, ela é curtíssima. Nós temos todos esses problemas aí.

E apenas para dar dados estatísticos eu fiz um rápido levantamento. Em 2016 nós tivemos 117 pedidos de medidas protetivas que chegaram à Comarca de Blumenau – medidas protetivas são aquelas em que as mulheres vão à Delegacia e solicitam que o agressor seja afastado do lar, ou não se aproxime, ou não tenha contato, porque ela está sendo vítima de algum tipo de violência, seja ela psicológica, moral, patrimonial ou de qualquer gênero; em 2017 foram 196 [pedidos de medidas protetivas]; em 2018 foi para 413 [pedidos de medidas protetivas] e, até junho, ou seja, menos de 6 meses, nós já estamos com 284 [pedidos de medidas protetivas]. Se continuarmos nessa média, com certeza fecharemos o ano com mais de 500 pedidos de medidas protetivas. Então, esses processos têm aumentado muito nos últimos anos, e para dar conta de toda essa demanda precisamos de uma estrutura. Então é isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, doutor Frederico.

Vamos passar a palavra agora para a Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, doutora Ester Fernanda Coelho.

**A SRA. DELEGADA-GERAL ADJUNTA ESTER FERNANDA COELHO** — Boa tarde a todos.

Deputada Marlene, como a minha colega Delegada Patrícia já apresentou para vocês o nosso programa Polícia Civil Por Elas, não tenho mais nada a acrescentar com relação a esse programa.

Quero dizer que estamos trabalhando muito para tentar melhorar cada vez mais o atendimento à mulher vítima de violência. E também gostaria de dizer que estamos muito interessados em ouvir [todos] e, para tanto, nós temos o pessoal da Dpcami, inclusive o Delegado Regional é daqui, de Blumenau, e, juntos vamos ouvir [todos], o que tiver que mudar ou acrescentar nós vamos fazer. A Polícia Civil é parceira nessa luta.

Lembrando que a primeira Delegacia da Mulher inaugurada em Santa Catarina foi dia 27 de setembro de 1985, quando ingressei na Polícia Civil do Estado de Santa Catarina. Então, são 34 anos de trabalhos voltados à mulher vítima de violência. Depois, conseguimos atender a criança, agora o idoso e fazemos isso com toda a dedicação.

Estamos aí, Deputada, para ouvirmos [todos] e tentar melhorar cada vez mais o nosso atendimento.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, doutora Ester.

Eu vou passar a palavra agora para o Tenente-Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina, Marcos Aurélio Ramm, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de *Santa Catarina*, Coronel *Carlos Alberto* de Araújo *Gomes Júnior.*

**O SR. TENENTE-CORONEL MARCOS AURÉLIO RAMM** — Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar a Deputada Marlene e parabenizá-la pela iniciativa de estar conosco abordando um tema tão imprescindível. Nós, que somos filhos, que temos mães, filhas, irmãs e acompanhamos essa tragédia social, que é a questão do feminicídio. A abordagem merece realmente essa atenção e esta audiência pública.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e demais presentes.*)

Eu represento a Polícia Militar de Santa Catarina aqui. Eu trabalho na Assessoria de Segurança Cidadã, na Secretaria de Segurança Pública, a qual aborda temas de proximidade do cidadão com os órgãos de segurança, objetivando justamente gerar cidadania para todas as pessoas e as classes trabalhando essas políticas públicas.

Hoje eu vim falar justamente dos programas preventivos, especificamente, o Programa Rede Catarina de Proteção à Mulher da Polícia Militar, que trata diretamente da violência doméstica, da violência à mulher.

Nós, da Polícia Militar, atendemos atualmente, em todo Estado Santa Catarina, 930 mil chamadas que são imediatamente diagnosticadas por meio do telefone 190 ou prontamente pelas guarnições de serviço, diariamente.

A atividade policial militar evoluiu naturalmente pela natureza constitucional de buscar, acima de tudo, a identificação dos problemas de forma proativa e reduzir as demandas. Assim sendo, avançou em uma série de projetos que realmente acabaram por buscar e tornar o Estado Santa Catarina mais seguro, reduzindo a demanda, e chamou à tona a preocupação com a violência doméstica.

Muito importante e citado aqui, pelos nossos vídeos, dois momentos em que realmente as mulheres já prestam o seu depoimento, tendo a segurança do Estado, e ali depois de uma história de violência. Em outro momento, já no início do processo, uma juventude sendo trabalhada.

Eu queria apresentar um vídeo que representa também esse primeiro contato das chamadas que nós temos diariamente e que é só o cume desse relacionamento doméstico da violência que transborda, nesse primeiro momento, e que desencadeia todo esse processo importante de assistência por todos os órgãos.

(*Procede-se ao áudio das chamadas para o número 190.*)

Por que é importante essa chamada? Porque, esse momento em que as pessoas procuram, seja por meio do telefone 190, num momento realmente drástico, ou por meio de uma conscientização dela de poder sair daquela situação de violência, ela procura os órgãos de segurança. E, geralmente, infelizmente, é dessa forma, numa situação drástica, numa situação em que realmente a pessoa não suporta mais e acaba ligando para Polícia Militar, num primeiro momento, por conta da situação da emergência. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Quero apresentar rapidamente a estratégia do trabalho da Polícia e justificar a ação da Rede Catarina de Proteção à Mulher.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Este *(aponta para imagem)* é o nosso lema, nosso *slogan* do projeto que está expandido em 88 cidades de Santa Catarina, composto por guarnições de serviço diário — por conta da realidade da medida protetiva aplicada àquela mulher, por uma questão de dar garantia que essa medida protetiva realmente está sendo cumprida pelo agressor e dar assistência a essa vítima, as guarnições são geralmente compostas por mulher — que fazem essa visita e verificam se há algo que fuja da normalidade com referência a essa medida protetiva, como a aproximação do marido ou da pessoa que é acompanhante dela e está infringindo [a lei]. Existe uma ação de antecipação e de uma medida mais rápida para poder resolver essa questão, isso parte do princípio das dimensões do trabalho da própria Polícia, no primeiro momento pela natureza funcional de ostensividade de pronta resposta, de atender as emergências até iniciar o processo de persecução criminal, de investigação da própria Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário.

Quanto ao atendimento temos a preocupação de uma resposta rápida a todas essas emergências, e aquilo que excedeu o esforço da atividade ostensiva temos uma resposta rápida por intermédio dos órgãos operacionais, entramos nas polícias especializadas, no Batalhão de Operações Especiais, mas, acima de tudo, para antecipar as demandas nós temos os projetos de prevenção que são muito bem colocados pela nossa Deputada.

Os gastos com o nosso Estado são muito altos nessa questão da violência doméstica, são aproximadamente 400 milhões, sendo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento cita que para cada dólar investido em prevenção nós deixamos de gastar sete dólares em repressão. Certamente se esse recurso for canalizado para ações preventivas apresentadas aqui vai fazer com que haja um reflexo na redução da demanda para os órgãos de Estado, mas, principalmente, para as famílias que são vítimas da violência.

A Rede Catarina é um programa institucional da Polícia Militar direcionada à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, estando pautado na filosofia de polícia de proximidade e buscando conferir maior efetividade e celeridade às ações de proteção à mulher.

O programa sustenta-se em ações de proteção no policiamento direcionado à Patrulha Maria da Penha — a qual nós carinhosamente chamamos de Rede Catarina Patrulha Maria da Penha — e na disseminação de solução tecnológica, buscando essa proximidade e a confiabilidade daquela vítima vai dar uma celeridade na resposta, que é um ponto importante para evitarmos conflitos mais drásticos.

A Rede Catarina objetiva proteger e orientar as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, a partir de visitas preventivas da fiscalização de medidas protetivas. Fiscalizar se algo ocorrer que resulte na quebra dessa medida protetiva, os órgãos respectivos da Polícia Civil e o Ministério Público são comunicados para que haja uma intervenção rápida e uma tragédia pior não aconteça.

Fomentar ações da Polícia Restaurativa por meio de policiamento direcionado. O que é restaurativa? Se a gente não conseguiu prevenir naquele primeiro momento com as visitas, momento que nos surpreendemos numa quebra da medida protetiva, se consiga de pronto evitar um mal maior, motivo pelo qual é restaurativa.

Solucionar problemas relacionados à quebra da ordem pública no âmbito doméstico e familiar. A própria presença da Polícia Militar já evita muita coisa, e a presença do policial e de uma mulher vai detectar situações que possam gerar um problema ainda maior.

Estabelecer, por intermédio de solução tecnológica, aplicativos, ações de policiamento direcionados a conferir maior efetividade e celeridade ao atendimento policial militar a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Então, há aplicativos sendo desenvolvidos, inclusive, nós temos o Mobile hoje que é um sistema digital de acompanhamento das ocorrências. Esse aplicativo também vai dar celeridade nessa relação de visita Maria da Penha para que essas pessoas já vítimas tenham um canal a mais, já tem um processo de compra para esse botão para que haja essa comunicação. Os policiais criam esse vínculo com aquelas vítimas, isso é positivo porque diminui a oportunidade de o criminoso desenvolver [a agressão], e realmente o tempo de resposta dos órgãos para evitar que haja uma nova violência é muito importante. Todo investimento nessa área é válido, todo o investimento!

O programa tem por pressupostos os princípios da Polícia de proximidade. Somando-se a esses, o protagonismo do cidadão, a preocupação realmente da qualidade no atendimento e aí se inclui, acima de tudo, as mulheres. Temos esse número hoje de 28 mulheres, só este ano vítima de violência doméstica.

Em Imbituba tem um processo novo... Porque na verdade a questão de prevenção é ampla. Nós temos três níveis, a prevenção primária é quando trabalhamos a conscientização, a formação de uma nova consciência, de uma nova cultura. Nós conversávamos antes da sessão com a Deputada, temos que formar uma nova cultura nesse contexto, temos que formar as novas gerações de fato. Então, a prevenção primária é trabalhar com crianças propriamente ditas.

Nesses programas de rede nós temos um conhecido que é o Proerd, que trabalha a prevenção primária. Nesse mesmo contexto há um trabalho, com a Polícia Militar, com a OAB e com o CRAS, no Município de Imbituba, recentemente desenvolvido que já é denominado Os Protetores do Lar, e que orientam também as crianças — a Delegada Patrícia também passou que é importante nós conversarmos com as crianças.

A prevenção de nós estarmos lá em cada casa, depois eu vou passar os números, para trabalhar a questão da Rede Catarina, trabalhamos outro tipo de prevenção que é secundária situacional, ou seja, diminui a oportunidade que aquele [agressor] volte a delinquir, cometer um crime. Então, circulamos na residência, conversamos com a vítima, temos o controle da medida protetiva.

Outro papel muito importante que precisamos — e nós dependemos muito do Poder Judiciário e também dos órgãos de apoio que prestam assistência — é que temos que trabalhar a pessoa que gera a violência, que não obstante nós formarmos o novo cidadão, darmos a medida protetiva para a criança, vamos ser rápidos, céleres e bem práticos com o rigor que a lei pode sustentar, e com os recursos que ela pode sustentar um agente criminoso para que ele não volte a delinquir. Realmente dando orientação, tentando reconduzi-lo e ressocializá-lo, mas também impondo naquilo que for necessário o limite para que ele não se aproxime, porque a questão é muito passional, ele pode estar regular durante mil dias e no milésimo primeiro dia voltar a delinquir. Isso é muito delicado e realmente envolve uma ação de todos os órgãos.

Esse é o projeto lá de Imbituba *(mostra fotografias)*, que reflete a prevenção primária. Primeiro ponto: Nós temos que atacar as três prevenções: primária, secundária e terciária. Para isso temos o trabalho da OAB, do CRAS e da própria Polícia Militar. Os eixos, acompanhar as ações protetivas, e avançamos muito. Na verdade, essa discussão está relacionada à emancipação da mulher, de ela se encorajar, de ocupar novos postos na sociedade e poder trazer discussões dessa natureza, esses números afloram por conta disso, cada vez mais elas estão realmente buscando o espaço delas. Por isso, é bem direcionado o programa Patrulha Maria da Penha, aquilo que nós fizemos todos os dias, preventivamente, e a solução tecnológica, cada vez mais utilizar tecnologia para informação chegar rápido para a Polícia Militar, para a Polícia Civil, para todos os órgãos, e dar a celeridade ao processo, porque uma morte dessas não vai poder esperar uma decisão nossa, sabemos de todos os entraves que temos e precisamos vencê-los.

Aqui *(aponta para slide)* temos alguns números. Em 2019, ocorrências atendidas por guarnições no nosso Estado são 10.701 ocorrências enquadradas como violência doméstica. Ali, está mês a mês, de janeiro a maio ano 2018 e de janeiro a junho de 2019. No total de janeiro a dezembro de 2018 nós tivemos 19.150 atendimentos, e isso resultou toda uma ação de buscar na residência acompanhar como está a situação daquela mulher, se ela está sendo revitimizada, se o agente está se aproximando, se aquela medida protetiva está sendo realmente cumprida. Em alguns casos, dependendo da condição, a gente monitora até onde está o marido, dependendo da cidade mais próxima, cidades menores, as guarnições conhecem e monitoram, e isso ajuda, dá um suporte para os órgãos, Polícia Civil, Ministério Público, tomarem uma medida mais necessária.

Aqui *(aponta para slide)* é um gráfico que representa 776 casos, no ano de 2017, de atendimento à Rede Maria da Penha, e já avançamos para o mês de 2018; e este ano já temos 1.440 atendimentos à Rede de Maria da Penha em visitas preventivas, isso certamente evitou um número maior. A gente sabe que aquilo que gera estatística é triste, os números de morte, aquilo que nós, Estado, evitamos que acontecesse por meio dos órgãos da assistência, órgãos de Polícia, talvez um dia saibamos o resultado disso. Por isso, a importância de ações dessa natureza.

É um programa que está avançando, há dois anos tínhamos 20 cidades, hoje estamos com 88 cidades, com a estrutura acompanhando e com a tecnologia dando suporte, tende a avançar ainda mais o número de atendimentos, então 1.442 casos de atendimento da Rede Maria da Penha que nós temos aqui em Santa Catarina agora.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui. E reiterar que a intersetorialidade, realmente, precisa ser debatida, colocada num plano de trabalho em todo esse processo de capacitação de uma nova geração, de garantir a segurança dessas mulheres que hoje são vítimas. Também reiterando trabalharmos, acompanharmos de todas as formas, isso precisa ser colocado, ouço de muitas mulheres que são policiais civis, policiais militares, que acompanham esse processo, nós estamos trabalhando muito bem na questão de acompanhar a vítima mulher, mas nós precisamos trabalhar ainda mais a monitorar, acompanhar e assistir os homens agressores, porque eles em uma situação de passionalidade realmente vão reincidir por mais que haja nossa mão. Então, como fazer isso é o grande desafio também, está certo?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, Tenente-Coronel Marcos Ramm.

Passo a palavra para a advogada Jaina Atanásio dos Santos, presidente da Comissão da Mulher e advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/ Balneário Camboriú).

**A SRA. JAINA ATANÁSIO DOS SANTOS** — Boa tarde, Deputada Marlene, na sua pessoa cumprimento a mesa e os presentes.

Depois de toda essa explanação não há muito que falar, mas, como advogada, já exerço há 22 anos a profissão e na minha casa sempre foi o matriarcado. Então aprendi desde pequena que a mulher que quer ela faz, independente das circunstâncias externas.

Dois pontos me chamaram atenção aqui: um foi a fala da senhora Reitora Márcia Cristina, que a Furb tem trabalhado a independência e o conhecimento da mulher; outro foi a fala da doutora Patrícia, Delegada Regional, que fez o comentário sobre a dependência moral e emocional. Então temos um contraponto nessa questão, porque por mais que as mulheres tenham essa independência e esse conhecimento muitas vezes a dependência moral, sentimental e emocional se deixa levar mais forte, e isso acaba cegando a pessoa.

Tivemos um caso em Balneário Camboriú, há cerca de três meses, de uma colega de profissão, a doutora Lucimara Stasiak, que foi assassinada pelo próprio companheiro com facadas. Ela era advogada, solteira, nova, inteligente, independente e tinha conhecimento, assim como o companheiro dela, que também é advogado, mas havia a questão da dependência emocional, e essa dependência, muitas vezes, não nos deixa seguir adiante.

Então, como OAB, a advocacia tem se prestado a sair da sala, isso é uma premissa muito forte da nossa profissão, inclusive desde 2016 que foi eleito ano da mulher advogada, e como somos a maioria na classe, 52%, então tomamos as rédeas do nosso caminho, do nosso futuro para poder estender isso as demais mulheres, não só advogadas, mas todas as mulheres que compõem o nosso Brasil, que é tão imenso. Portanto, é importante a gente, como OAB, ser um agente multiplicador de informações, nós vamos a campo por intermédio das comissões, como foi bem dito aqui temos a OAB Por Elas. Temos em Balneário Camboriú toda uma rede conectada, temos a Casa das Anas, que a casa de acolhimento das vítimas; nós temos também agora OAB Vai à Escola, não só agora, mas já está implantando a materialização das informações para os adolescentes e as crianças; dentro da própria OAB as comissões palestram, dão explicações, fazem reuniões para que convidem a comunidade de modo geral para que se sintam acolhidas com informações básicas, porque falamos com a maioria, que muitas vezes são pessoas leigas, por isso usamos palavras simples e objetivas para que isso caia na mente da pessoa e ela evolua nesse sentido.

Queremos parabenizar todos os órgãos aqui presentes pela prioridade que se dá a esse tema, mas é importante salientar que se daqui sair cinco multiplicadores já é um grande passo, porque, mais do que as ações que já foram explicadas, é como chegar até essas ações, como fazer que elas aconteçam propriamente dito na sua prática, porque se a mulher não quer ela não vai sair desse lugar infeliz que ela vive, e o homem, como agora fiquei conhecendo pela apresentação, professor Ricardo, que trabalha com a questão masculina, também não vai dar nem um passo adiante. Desde pequena escuto que todos nós somos carvalho e pinheiro, crescemos um ao lado do outro e não à sombra do outro, isso deve ser o homem e a mulher.

Agradeço o convite e faço votos que tudo o que se faça aqui vá adiante na prática.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, doutora Jaina.

Passo a palavra ao senhor assessor da Procuradoria-Geral de Contas do Ministério Público de Contas, Jonathan Artmann, representando a Procuradora-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, Cibelly Farias.

**O SR. JONATHAN ARTMANN** — Boa tarde a todos.

Eu gostaria de fazer um parêntese primeiro para vocês, porque muitas pessoas já escutaram falar do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal. O que é o Ministério Público de Contas? O Ministério Público de Contas é um órgão administrativo, autônomo, que cuida e fiscaliza as contas do governo, mas também a gestão pública. Como essa gestão pública é feita? Essa política da mulher entra exatamente nesse campo. Nós começamos a analisar como é feita a gestão da mulher, da política feminina aqui em Santa Catarina.

Primeiramente conseguimos identificar que em 2011 o Ministério Público de Contas da União, que trabalhava juntamente com o Tribunal de Contas da União, fez uma avaliação em nível nacional de como toda política da mulher era tratada no Brasil. E ali encontrou diversas irregularidades, ausência em diversos Estados de delegacia da mulher, *deficit* de agentes trabalhando em cima disso, ausência de casa abrigo para as mulheres, e assim começou uma atuação em nível nacional.

Pegamos essa atuação, no ano de 2018, e começamos a trazer para Santa Catarina, selecionamos alguns tópicos para trabalharmos e fizemos uma avaliação em nível do Estado. Essa foi a nossa primeira fase, avaliar o que o Estado está devendo, quantas casas abrigo tem. Depois dessa avaliação fizemos um requerimento, que chamamos de representação ao Tribunal de Contas, para instruir uma auditoria. Essas auditorias do Tribunal de Contas, eles têm umas equipes muito especializadas, conseguem avaliar exatamente como está a gestão do nosso Estado, neste momento, em todas as áreas, Polícia, Judiciário, custo que vai para cada órgão, para cada ferramenta dessa política. Nós fizemos essa representação no início deste ano.

No ano passado ocorreu nesse tópico outra representação muito interessante, que foi a representação de qual é o custo para o Estado de Santa Catarina, para a nossa sociedade dos feminicídios, e o valor assusta. A nossa sociedade perde mais de R$ 400 milhões, desde 2011 até 2018, só com feminicídio, imagina R$ 400 milhões podendo ser reaplicados nisso de novo. Nós poderíamos fazer uma grande diferença.

Agora, o nosso próximo passo é juntar todos esses órgãos que trabalham com a Polícia, o Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público Judicial — como chamamos o Ministério Público do Estado — para criar uma rede. E o que seria essa rede? Seria entender como cada operação funciona, sentar todos os *players* que trabalham com isso e criar um fluxo para conseguirmos potencializar o máximo, buscar a melhor eficiência possível nisso. Às vezes, tem uma pequena ferramentazinha que um órgão não sabe, por uma simples burocracia, um simples entrave, uma porta que está fechada. Por exemplo, existe uma medida protetiva lá, às vezes, a polícia não sabe que essa medida protetiva está [existindo]. Imaginem se esses dados são compartilhados entre esses órgãos, essa rede e a mulher, quando vai fazer uma denúncia, a polícia já sabe que tem essa medida protetiva e pode fazer um trabalho muito mais apurado em cima, muito mais específico. Portanto, é isso que estamos buscando, criar essa rede toda.

Além dessa rede, o Ministério Público de Contas possui dois órgãos: o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) e a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), que são órgãos em nível nacional, são nossas representações nacionais. No final do ano passado, nós tivemos uma reunião, em Florianópolis, com todos os Procuradores-Gerais de Contas do País e apresentamos nosso trabalho, todo o nosso fluxo, como estamos querendo desenvolver, como estamos querendo implantar. Hoje estamos nessa terceira fase, que é a criação da rede. Todos os Procuradores receberam essa informação, aceitaram e estão levando para os seus Estados para replicar em nível Estadual em cada uma das nossas unidades federativas. O interessante é que o nosso órgão não atua somente no Estado, atua também em nível Municipal. Logo vamos avaliar também como os Municípios estão, saber exatamente se o Município que está faltando não tem política, outros [Municípios] têm políticas estão extremamente avançadas. Nós também vamos avaliar quais são, por exemplo, as maiores dificuldades de a mulher conseguir uma informação, como ela vai conseguir denunciar, porque Santa Catarina é muito diferente. Santa Catarina apesar de ser um Estado pequeno, varia de cidade para cidade o psicológico do por que da mulher não abandonar esse homem, não sai de casa. Por exemplo, numa cidade como Balneário que acabamos de relatar o caso, normalmente a mulher está apegada a uma emoção, no oeste tem a questão da zona rural, dificuldade de sair de lá, dificuldade de encontrar um telefone para fazer uma denúncia, tudo isso precisa ser avaliado para conseguir fazer buscar a excelência nessa rede.

Eu peço a vocês que estão escutando e que trabalham com isso, que têm alguma ideia que vocês possuem de como poder agilizar algum contato entre dois órgãos ou alguma dificuldade que vocês veem, nos informem, que enviem [sugestões] por *e-mail.* O *site* do Ministério Público de Contas é o *mpc.sc.gov.br*, enviem as ideias de vocês, as dificuldades que vocês encontram no dia a dia para podermos tomar conhecimento. Nós ficamos lá em Florianópolis e não sabemos qual é a dificuldade de vocês. Então nos tragam isso para podermos melhorar também nosso trabalho, isso é muito importante da parte de vocês.

Essa é a apresentação que eu queria fazer para vocês conhecerem um pouquinho do nosso trabalho.

Muito obrigado.

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

O endereço é [pgtc@mpc.sc.gov.br](mailto:pgtc@mpc.sc.gov.br) ou você pode também mandar para o meu *e-mail* [jonathan@mpc.sc.gov.br](mailto:jonathan@mpc.sc.gov.br) [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes/Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Obrigado, uma boa-tarde a todos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada Jonathan. É importante registrar que a doutora Cibelly, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, é uma grande parceira e foi uma grande estimuladora de fazermos essas audiências públicas, para que ao final conseguíssemos fazer uma parceria e todos juntos trabalharmos na institucionalização dessa rede. Ao final vamos formar esse grupo de trabalho para que, junto com representantes de todos os órgãos que estão aqui, e também com algumas entidades representativas da sociedade civil, possamos efetivar essa rede e colocá-la em prática. E com essa questão dos fluxos, para fazer com que as informações cheguem a quem precisa, com um sistema de comunicação, que acho fundamental também. Eu viajo muito e conheço vários casos de violência de mulheres que são agredidas das mais diversas formas e a maior preocupação ou a maior dúvida delas - entre nós achamos que as pessoas já sabem a quem devem procurar o que devem fazer -, um dos nossos maiores problemas, sem dúvida nenhuma, é a falta de informação. As pessoas não sabem a quem procurar. Elas sabem discar para o número 190, esse número as pessoas sabem, mas tem toda uma logística que é complicada e que, dependendo do lugar, não é tão fácil ter acesso. Além de todos os desafios que foram colocados aqui hoje, um que é muito importante e que temos que levar em consideração é esse: como fazer a informação chegar às pessoas.

A Doutora Patrícia falava antes aqui de um projeto, que eu também assisti no programa da Ana Maria Braga e achei extremamente interessante e que talvez seja uma forma de facilitar para que essa informação chegue às mulheres: é qualificar e capacitar as mulheres que trabalham em salões de beleza. E já está sendo feito. Porque nós, mulheres, gostamos de ir ao salão de beleza, que acaba sendo um lugar onde conversamos, trocamos ideias, fofocamos, fala-se da vida de todo o mundo. Mas se uma pessoa que trabalha em um salão de beleza tiver qualificação para entender, para conhecer, e para saber identificar uma pessoa que esteja sendo agredida, ou sendo vítima de violência, é um grande passo para conseguirmos falar efetivamente com quem precisa.

Agora vamos abrir espaço para quem quiser participar. São cinco minutos para cada participante, que pode se identificar aqui com a Jéssica.

**A SRA. BERNADETE SANT’ANNA** — Pedimos que cada um e cada uma, ao fazer a pergunta, fale seu nome e a instituição que representa. O evento está sendo gravado e taquigrafado. É muito importante a identificação.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra para a senhora Geórgia Martins Faust, pedagoga e presidente do Instituto Feminista Nísia Floresta, do Município de Blumenau

**A SRA. GEÓRGIA MARTINS FAUST** — Não irei fazer nenhuma pergunta, vou colaborar com o debate.

Eu sou pedagoga e professora de anos iniciais. Sou presidenta do Instituto Feminista Nísia Floresta, uma ONG aqui de Blumenau que trabalha com o acolhimento e assessoria de vítimas de violência doméstica e sexual.

A senhora Deputada realmente tem razão, o problema da informação é um dos mais sérios que encontramos e a proposta da ONG justamente vem a ser essa. Não queremos substituir o Estado em nenhuma das funções que são obrigação dele, mas justamente auxiliar as mulheres em como destrinchar esse caminho. Nós temos o problema número um, que as mulheres muitas vezes não reconhecem o que é uma violência. Então, fazemos esse trabalho educativo, de palestras e tudo mais, mas, uma vez sabendo que é violência, elas não sabem quem procurar, como processar.

Além disso, sou pesquisadora aqui na universidade. A minha pesquisa é relacionada a gênero e educação, dentro de uma perspectiva sociológica. Eu tenho bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). Acho que se quisermos realmente debater a sério a questão da violência contra a mulher, precisamos falar também de política no contexto amplo, no sentido de que estamos vivendo um momento em que o nosso Governo Federal explicitamente quer destruir a sociologia, que é a área em que pesquiso. Fico preocupada, pensando que com essa redução de investimentos na área das Ciências Humanas, como que vamos falar de violência de gênero se não tivermos verba e não pudermos dar cientificidade às nossas palavras, se não pudermos pesquisar sobre isso. Vocês também vão ver que me envolvo com muitas coisas, porque realmente a questão das mulheres permeia todos os segundos da minha vida. Também sou coordenadora aqui na Furb do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidades Sexuais. Nós pesquisamos, debatemos e estudamos a fundo, tentando entender a origem da violência, da masculinidade e da feminilidade, em um grupo com outros pesquisadores da universidade.

Quero elogiar a formação da mesa e a presença da maioria das pessoas. Quero dizer, e ao mesmo tempo, sem querer de maneira nenhuma ofender as pessoas que estão aqui presentes, que sinto muita falta de representantes justamente da minha área que é a educação. Sabemos que o enrijecimento das leis infelizmente não diminui a violência contra a mulher. Recentemente tivemos acesso a uma pesquisa que atestou que, mesmo com o aniversário de dez anos da Lei Maria da Penha, infelizmente não houve impacto nenhum na redução da violência contra as mulheres. Nós podemos prender todos os homens preventivamente que, ainda assim, em algum momento as mulheres vão continuar apanhando e vão continuar morrendo. Ou seja, o problema é um pouco mais complexo e um pouco mais profundo, como algumas falas aqui atestaram.

Quero também fazer um apelo. Imagino que a doutora Juliana e o doutor Sarraff, também vão falar sobre isso, estamos falando dessa questão jurídica de acolhimento e de Delegacia. A questão de Blumenau é urgente. Nós acompanhamos o trabalho dos dois Delegados aqui de Blumenau, que são muito dedicados e esforçados, só que não têm infraestrutura nenhuma. E para nós, na ONG, que acompanhamos as mulheres nessa batalha por liberdade, é muito difícil muitas vezes estarmos numa delegacia que não tem nem um bebedouro adequado para esse atendimento. É a infraestrutura mínima que as mulheres aqui de Blumenau precisam para esse atendimento.

E falando também dessa questão da educação, estamos em uma cidade, em um Estado que defenestrou o termo gênero dos seus Planos de Educação: o Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais de Educação do Estado inteiro proíbem os professores de falar de questões de gênero em sala de aula. Eu, como pedagoga e professora do 5° ano dos anos iniciais, estou amordaçada. Então, vejo muitas pessoas aqui falando sobre ir à escola, sobre essas ações de prevenções primárias. Nós queremos colocar a PM dentro da escola para falar de violência, queremos botar a Polícia Civil dentro da escola para falar da violência, e nós professoras não podemos falar de questões de gênero em sala de aula aqui em Blumenau. Alguns projetos de emenda ao Plano Municipal de Educação inclusive proibiam o termo gênero em qualquer material didático, a impressão de materiais didáticos que falassem de questões de diferença de gênero. E foi uma coisa tão amadora que foi feita aqui nessa cidade, que inclusive quando deram o Ctrl+F, eles chegaram a retirar um item do plano Municipal de Educação que falava em gêneros alimentícios. Esse caso é de Blumenau, ficou meio folclórico. Tenho essa emenda porque fiz uma pesquisa, escrevi um artigo sobre o Plano Municipal de Educação e realmente teve um projeto de emenda. Por certo eles deram um Ctrl+F para tirar tudo que fizesse menção à diferença de gênero e, como estava escrito gêneros alimentícios, também não podemos falar disso na escola em Blumenau.

Essa pauta, essa guerrilha que é feita contra as questões de gênero, vem muito nesse *slogan*: “deixem os menino serem meninos e deixem as meninas serem meninas”. Precisamos falar sobre que meninos são esses que estamos criando - e já vou deixar o gancho, porque sei que o Ricardo vai falar depois e vai complementar a minha fala - e que padrões de masculinidade são esses que estamos criando, de agressividade, de violência, de achar que o masculino é superior ao feminino e que tem esse papel de dominância e soberania. E como faremos para mudar isso? Não sei se um programa, e novamente com todo respeito ao trabalho que a Polícia Militar vem fazendo, mas não acho que um programa semelhante ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), por exemplo, vai resolver esse problema de masculinidade tóxica que nós temos e que vem desde criança. Não é uma criança super inocente ou um adolescente super inocente que, do nada, vai virar um adulto agressor.

Quero fazer minha última contribuição. Aqui, em Blumenau, nós nos reunimos em um grupo de vários coletivos de mulheres que defendem os direitos das mulheres, coletivos informais e também formais. Nós redigimos a proposta do projeto de lei para a criação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, isso aconteceu em 2015. Foi entregue à Câmara de Vereadores e eles falaram que não era do Legislativo e nos pediram que nós entregássemos ao Executivo. Foi entregue ao então Prefeito Napoleão Bernardes que, com o perdão do meu francês, sentou em cima do nosso projeto e nunca mais saiu. Então percebemos o desinteresse do governo municipal, não estão aqui nem Prefeito, nem Vice-Prefeito nem nenhum representante do Executivo. Fica aqui o apelo para vir algum tipo de tensionamento ou de pressão do Estado, porque o projeto está pronto, nós redigimos juntas e já está entregue, vai fazer quatro anos, nada foi feito e seguimos sem Conselho Municipal de Direito das Mulheres em Blumenau.

Desculpe me alongar é que realmente era muita coisa. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada. A doutora Patrícia quer responder.

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’AVILA** — Com relação à estrutura da delegacia, a doutora Ester esteve lá na segunda-feira e eu estava em viagem de trabalho, fora do Estado. Há uma preocupação e uma busca de melhoria das condições. Doutor Sarraff e doutora Juliana são referências no Estado no que diz respeito a um bom trabalho, um bom atendimento e o espaço físico realmente precisa ser melhorado, isso nós estamos correndo atrás, não é mesmo doutora Ester?

Com relação à Lei Maria da Penha, queria fazer um parêntese. Sou Delegada de Polícia há mais de vinte anos. Antes da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, o homem que agredia uma mulher pagava uma cesta básica. Cada soco, cada tapa, cada lesão virava um sacolão. E o Judiciário não podia fazer nada, a polícia não podia fazer nada. Então, hoje nós temos algumas medidas protetivas, que ajudam na proteção da vítima. O nosso desafio está na vítima, que às vezes procura o agressor e não denuncia o descumprimento de medida protetiva de urgência. Então, o papel da mulher no enfrentamento à violência é muito relevante também. Até 2006 nós não dispúnhamos de legislação para proteger e amparar e hoje nós temos como comprar essa briga e essa defesa da mulher.

Sobre as questões de gênero, parece que a palavra gênero virou pecado, se tornou um palavrão. Nós ficamos dois dias na Academia da Polícia Civil discutindo questões de gênero abertamente. Porque quando falamos em relacionamento de homem e mulher, agressão de homem e mulher ou nas relações homoafetivas, falamos de gênero. Criou-se um mito, uma visão muito deturpada do que seria isso, e por isto que temos procurado mudar essa realidade. Os programas Polícia Civil por Elas foram construídos com base em estudos na área da Psicologia. E o nosso papel é trabalhar aquela sementinha na questão e fazer aquela criança pensar.

Acho que a grande discussão de retirar a sociologia, e essa defesa que se tem, é porque através da sociologia as pessoas começam a pensar e a refletir diferente. Então o que buscamos nessa questão da violência doméstica e familiar é que nós não vamos educar o jovem e o adolescente. A educação quem da é o pai e a mãe em casa. A escola tem o dever de transmitir conhecimento. E os policiais civis que vão às escolas, que vão fazer a disseminação do programa, vão disseminar conhecimento. Agora, quem forma o caráter e quem forma a educação é a família. Nós vemos os professores hoje tão massacrados em sala de aula, tão cobrados, porque hoje pai e mãe não educam mais. Precisamos voltar algumas coisas bem básicas.

Era isso Deputada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra para a senhora Teresinha Nogueira, do Comitê Permanente de Articulação, Implementação e Monitoramento da Rede de Atenção às Pessoas Expostas a Violências.

**A SRA. TERESINHA** **NOGUEIRA** — Boa tarde. No momento represento e coordeno o Comitê, que acontece desde 2012, quando foi instituído no Município de Blumenau.

É uma pena que o Comitê não recebeu convite e nem está nessa mesa, porque ele já faz um trabalho desde 2012, inclusive, instituiu os protocolos. No Município de Blumenau já trabalhamos em rede e com os protocolos instituídos. Nós começamos com a violência sexual e hoje avançamos para as outras violências, inclusive a violência doméstica, intrafamiliar.

Nós temos uma caminhada e podemos contribuir com esse comitê estadual, como também trilhamos [esse caminho]. Há questões que esbarram, a lei, como você coloca, é primordial, porém se a rede não estiver trabalhando paralelamente, o que vem acontecendo? O Comitê tem essa tarefa de acompanhar as diferentes políticas, de fazer a formação dos profissionais, de acompanhar. Porém, quando os fluxos começam a ter impedimentos, vem acontecendo vários fatores. Você citou a questão da delegacia (*dirige-se a Delegada Patrícia Maria Zimmermann D’Ávila.*), que realmente estivemos juntos. Hoje nós estivemos na visita técnica ao IGP, por isso nos atrasamos. Atualmente temos uma demanda dos peritos, que é importantíssimo para a questão da coleta de vestígios, para a questão do processo de continuidade, e hoje, por exemplo, estamos tendo dificuldade inclusive de fazer a coleta de vestígios na nossa cidade. São várias questões que vão emperrando.

Acho que é legal trazer essa discussão sim, porque nós precisamos de ações e estrutura. Como o Doutor Frederico falou, os processos estão lá, e por que a mulher retira o processo? Eu lhe respondo: muito por falta de credibilidade da Justiça, muito pelo medo de ir à Delegacia. Graças a Deus que, de uns três anos para cá, temos um trabalho mais afinado com a com a Polícia Civil. E isso tem tido resultado também, porque o aumento dos boletins de ocorrência e dos processos é decorrente do trabalho que estão fazendo esses profissionais.

Precisamos fomentar e acho que essa proposta de trabalhar intersetorialmente é fundamental. É trabalhosa, porque vamos fio a fio. Sempre que acontece um processo que desviou vamos lá e buscamos a instituição, dialogamos com ela, colocamos de novo no patamar da atenção, para que consigamos ir viabilizando o nosso trabalho. Nós temos muitos entraves, estou citando alguns. A educação é nossa parceira no Comitê, a representante está presente, porém, quando ela começa a colocar para dentro do espaço escolar, o que começa acontecer? O profissional que está lá, a escola que está lá, que era para ser um espaço de proteção, acaba sendo o que é hoje? Um espaço de violência. Os professores estão sendo violentados. Os alunos estão sendo violentados! Precisamos dialogar, mas também precisamos de outras condições. Não adianta só conversa. É aquilo que foi colocado, não tem o perito para fazer a coleta de vestígios, e isso é primordial para qualquer processo. Claro que nós temos problemas, é pontual, mas não pode faltar. É uma coisa que não pode faltar.

Essas questões todas que nós trazemos são justamente para poder louvar a iniciativa e trazer para junto da gente. Mas também precisamos que o Estado, de forma geral, faça o seu dever de casa também. Os profissionais, nessas condições, como fazer o atendimento acolhedor, humanizado que nós falamos? Chega ali e se depara com a falta de algo primordial, uma parede de papelão dividindo a sala de espera com a sala de atendimento. Qual é a mulher que chega lá nesse momento e faz a denúncia? Com cinquenta homens, com dez homens na sala de espera, aguardando outra demanda? É impossível. Essa foi uma realidade que vimos na semana passada. Desculpe, doutora Ester, mas sou obrigada a falar, enquanto instância que represento, sou obrigada a falar. Nós precisamos qualificar esses espaços também, e, aí, sim, conseguiremos [trabalhar].

É aquilo que você falou, precisamos trabalhar a comunicação, precisamos trabalhar o fluxo, nos aproximar dessas mulheres e fazer busca ativa dessas mulheres. Precisamos trabalhar com os homens. Há duzentas pessoas na fila de espera para aguardar o grupo de homens. Tem cabimento uma medida protetiva de um juiz, e ele passar para lista de espera? Estou colocando algumas questões que precisamos dialogar realmente. Estamos aqui não em lados opostos. Sempre falo que precisamos dialogar com essa realidade e precisamos achar caminhos para poder continuar.

Seria isso no momento, obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Terezinha, qual é o teu comitê?

**A SRA. TERESINHA** **NOGUEIRA** — Comitê de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Berna, só para deixar registrado, como não foi convidado? Não sei o que aconteceu.

**A SRA. BERNADETE SANT’ANNA** — Só para entender: As Comissões da Assembleia Legislativa, acatam uma demanda que vem dos Deputados, e, quando acontece a realização das audiências públicas, compete à Comissão fazer isso. O que foi feito? Eu tenho todos os *e-mails* que encaminhei, mas não conhecemos todas as entidades dos Municípios. Todas as Delegacias, inclusive da região de Blumenau, receberam, inclusive a da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (Amfri) e da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), que são próximas daqui também, todos os Municípios. Então, quando não tínhamos o endereço ou não tínhamos conhecimento, nós pedimos para a rede socioassistencial divulgar. Para os conselhos da mulher nós temos o endereço, inclusive, foi dado pela Aretusa que nos passou, e o do Conselho Estadual da Mulher. Mas, os comitês, nem todos conhecemos, então nós pedimos para a rede socioassistencial divulgar. Todas as Secretarias receberam. Nós pedimos que a Secretaria de Educação mandasse para suas entidades escolares, para que os professores e diretores pudessem estar aqui. Todos os Secretários Municipais, todos os Prefeitos, Presidentes de Câmaras. As Câmaras Municipais onde têm comissões ou comitês da mulher também foram convidadas. Todos os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Crea), todos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a rede de proteção, de controle e de defesa da mulher em situação de violência. Foram 638 convites encaminhados nominalmente nessa região.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Para ver que isso ainda não é um tema tratado com a importância que deve ter, mas isso também é uma construção. Não acontece de um dia para o outro, como a doutora Patrícia falou antes, hoje já temos uma lei, é uma evolução. E se cada um de nós fizer a sua parte, se efetivamente nos unirmos em torno desse projeto da construção efetiva dessa rede, eu tenho convicção de que vamos conseguir contribuir muito para melhorar essa realidade.

*(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

Não pelo contrário, ela é muito importante.

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’AVILA** — Nós precisamos ouvir. Eu vou deixar a doutora Ester falar depois com relação à delegacia.

Quero falar com relação ao protocolo de atendimento e à coleta de vestígios. Uma das situações que discutimos, enquanto Polícia Civil, é que temos uma realidade de crimes de violência sexual, que vem ocorrendo há mais tempo, e aqueles que precisamos de um atendimento de emergência. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*] Desses que precisamos de um atendimento de emergência, o nosso entendimento é que a porta de entrada deve ser o hospital. A vitima deve ir ao hospital, começar a receber a profilaxia de emergência, e que vá lá o médico legista. A Polícia Civil entra em contato também, se desloca até o local, se necessário. No hospital se faz a coleta de material e aí começa outra discussão: a cadeia de custódia daquele material. Se esse protocolo não for bem feito, pode gerar uma gravidez resultante de crime de estupro, então, há possibilidade de abortarmento legal. E, aí, outra discussão: qual é o hospital de referência que faz? Dentro do hospital, quais são as equipes que fazem a cadeia de custodia desse material?

Uma situação que eu vou pedir que as senhoras prestem atenção aqui, é uma preocupação nossa, nós tivemos uma alteração da lei e todo o estupro agora passa a ser de ação pública incondicionada. Então, é obrigação por lei, que o hospital faça a notificação dos casos de estupro. Nós temos que estar preparados para aqueles casos de vítimas que passam a não notificar também. Então, nós vamos ver, em função da nova lei, esse comportamento. Mas o entendimento, quando falamos de protocolo de atendimento, de coleta de vestígios, de cadeia de custódia, é que nos casos em há o contágio praticado por estranho, que é recente e que está dentro do protocolo de 72 horas, que se faça no minuto seguinte.

Vou passar para a doutora Ester falar da delegacia.

**A SRA. ESTER FERNANDA COELHO** — Com relação à Dpcami de Blumenau, quando eu cheguei para visitar que eu não conhecia – essa é uma das nossas ações, conhecer todas as Dpcami do Estado -, realmente não gostei do que vi. O Delegado Regional está aqui e eu falei para ele. Eu acho que está bem [aquém] do que pretendemos, e já existe, não é Delegada, um prédio que foi colocado para nós, que temos dificuldade, não? Já não é mais? (*Risos.*). Nós estamos procurando um prédio para abrigar a Dpcami, sabemos que não é fácil, porque não é só alugar uma casa. Por exemplo, a Delegada me falou que tinha uma casa até bem interessante, mas tinha piscina, tinha banheira, e isso não podemos ter em um prédio da Polícia Civil, então, não é tão fácil assim. Nós temos outros lugares também em que temos dificuldades para alocar imóveis, mas já conversamos inclusive com o Delegado Regional. Nós estamos procurando para transferir a delegacia.

Mas de uma coisa eu tenho certeza, quando eu comecei, há 34 anos, nós fomos a primeira Delegacia da Mulher de Santa Catarina, a segunda do Brasil. Fomos exemplo esses anos todos no atendimento às mulheres vítimas de violência. Hoje nós somos 31. Então, nós estamos evoluindo bastante, tentando melhorar mais do que nunca. Nós esbarramos em alguns problemas, por exemplo, nosso número de policiais. Estamos aguardando que se chamem mais profissionais da área de segurança para podermos movimentar, porque nós somos hoje uma polícia mais velha. Mas podem ter certeza que uma das nossas prioridades é a Dpcami de Blumenau.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra ao senhor Ricardo Bortoli, assistente social da Prefeitura de Blumenau e professor da Furb.

**O SR. RICARDO BORTOLI** — Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de parabenizar a Deputada Marlene pela iniciativa de promover esse evento, e a toda a mesa.

Trabalho com a questão da violência já há bastante tempo e queria ressaltar algumas questões bem rapidamente, para outras pessoas também poderem falar. Nós estamos há muito tempo desenvolvendo trabalhos com os homens e, de 2014 para cá, tivemos essa conversa com o Judiciário, na época o com o doutor Cleiton, e agora com o doutor Frederico, e do ano passado para cá estamos recebendo muitas medidas protetivas e isso ocasionou uma fila de espera que passa de 100, não chega a 200.

Estamos com quatro grupos de homens, grupos reflexivos, que se encontram quinzenalmente dentro da Semudes, nos dois Creas. O Creas 1 está com dois grupos, e agora estamos iniciando um terceiro grupo, e no Creas 2 temos um grupo. Também estamos vendo a possibilidade de fazer uma reunião com o doutor Frederico para ver essa questão do fluxo. Esses homens ficam lá no mínimo seis meses participando do grupo.

Tem uma questão, que eu considero bem importante, que é formalizar um convênio entre Tribunal de Justiça, Prefeitura Municipal. O Casico, que é o Secretário, e o Prefeito Mário já deram o aval e concordam e compreendem que é importante. Eu, como assistente social e servidor envolvido com essa questão do trabalho com os homens, e também como o servidor da Furb, já procurei a Márcia, a reitora, para também envolvermos a Furb, porque acredito que é importante também disponibilizarmos um espaço para estágios e para pesquisa, para conseguirmos de fato identificar e compreender quem são esses homens.

É fundamental, e aí eu vou fazer um gancho com outra questão, que eu acho que é importante, que todos nós, trabalhadores da causa da violência contra a mulher, pensamos em construir meios que deem conta de fazer uma leitura dos dados da violência, porque não sei se de fato, hoje dá para sabermos quantas mulheres foram assassinadas no Estado. Lá no *site* da Secretaria de Segurança Pública tem um dado, mas não se sabe se ele é real. É real que chega até lá, mas não sabemos se uma mulher que não foi assassinada no dia, que morreu depois, se foi identificado como feminicídio ou não.

Eu penso que é importante compreendermos não é só a questão do ápice da violência, mas poder entender todas as formas de violência, em que medida elas acontecem, para podermos realmente construir estratégias de enfrentamento. No Estado de Santa Catarina há muitos Municípios que têm delegacias que não são especializadas, que não atendem só violência contra a mulher e que precisam de consórcios para poder fazer casas abrigos ou conseguir construir alternativas de acolhimento para mulheres que estão em condição de risco de morte. Eu vejo que é outro elemento bem importante.

Outra questão para a Deputada Marlene levar para discussão na Assembleia é assim, eu enquanto técnico, também sou pesquisador, estou concluindo uma tese de doutorado a respeito dos olhares dos operadores do direito sobre o trabalho com os homens. Considero fundamental que essa mulher que procura os serviços, a rede, seja CRAS, Crea, delegacia, serviço judiciário, para enfrentar a violência que ela tenha um suporte, não só psicológico, mas também financeiro. E aí eu penso assim, qual é a responsabilidade que o Estado tem diante disso? Qual é a responsabilidade dos Municípios? Porque muitas mulheres têm *n* dificuldades de enfrentar a situação de violência, porque às vezes tem que mudar de casa, mudar de escola. Nós sabemos que, culturalmente e legalmente, as mulheres são responsáveis pelo cuidado dos filhos, isso está na própria legislação, licença-maternidade de quatro a seis meses para mulher e de cinco a vinte dias para homem. É necessário o Estado pensar qual a forma de poder dar um suporte e garanti-lo para essa mulher ter condições de enfrentar aquela situação. Nós podemos falar pelas mulheres. Eu não sou mulher, não posso falar pelas mulheres. Mas eu já atendi mulheres com muitas dificuldades, e uma de suas dificuldades é a financeira. Então, no meu entendimento deveria ter uma legislação que garantisse um salário mínimo, para ela ter condição durante um ano, dois anos, três anos, até ela ter condições de poder [viver]. Nós não conseguimos hoje garantir isso. Eu acho que são questões que, se realmente queremos construir formas para enfrentar os assassinatos de mulheres, tem que pensar nisso.

Outra questão é percebermos que vivemos em um mundo em que somos o resultado de uma construção cultural, institucional, simbólica, subjetiva, que está presente em todos os contextos. Enfrentar o fenômeno da violência contra a mulher é poder pensar em ações em todas as esferas, sejam elas institucionais ou não, desde o CI, desde a creche. No sábado fui ao [supermercado] Giassi comprar um brinquedinho para o meu filho, tenho um filho 4 anos. Quando eu cheguei no corredor de brinquedos para meninos, percebi que tem boneco duas vezes maior que o menino, que são super-heróis, o Incrível Hulk. As crianças vão construindo a sua personalidade até os 7 anos, baseadas naquilo em que conseguem se projetar enquanto homens. Isso vai criando o que é um homem ideal? É ser forte, é ser musculoso. Isso também faz parte de uma construção, que futuramente pode desenvolver um potencial para a agressividade.

Então, assim, pensar no enfrentamento da violência é pensar sobre todas essas questões também.

É isso, agradeço pelo espaço.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra para a senhora Patrícia Maria Zimmermann D’Avila.

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’AVILA** — Professor Ricardo, cada morte de mulher em Santa Catarina começa a ser investigada com uma perspectiva de gênero. A investigação com perspectiva de gênero tem um diferencial. Por exemplo, a gente começa investigando para ver se realmente é caso de feminicídio, porque daí se exclui os demais. Infelizmente nós temos mulheres que morrem em crimes de latrocínio, em que o objetivo da morte é roubar o patrimônio. Nós temos casos de morte de mulheres envolvidas com tráfico de entorpecentes, essa é uma realidade que está chegando a Santa Catarina. Mas cada morte de mulher é algo que olhamos nessa questão da perspectiva.

Como nós sabemos que só o nosso inquérito não resolve, nós temos uma parceria agora com a Universidade Federal – e, Reitora, nós temos a possibilidade de parceria com outras universidades -, onde uma aluna de mestrado em psicologia está pesquisando os homens autores de violência. O nome do tema de pesquisa dela é Porque os homens matam? E essa pesquisa para nós é muito importante.

Faz-se muita confusão, às vezes, com relação às casas abrigo, que isso não é uma atividade da Polícia Judiciária, da Polícia Civil, nós levamos essas mulheres à casa abrigo e nós temos muitas dificuldades de locais para encaminhar essas mulheres no momento de emergência. Cada uma das delegacias da mulher tem uma viatura que é plotada de um convênio federal, eu sou gestora desse convênio, que vem com o fim específico de fornecer transporte para a ofendida para um local seguro ou para retirar os seus pertences. Mas esse local seguro, às vezes, não se tem.

Com relação às estatísticas, uma das nossas dificuldades é qual a base de dados daquela estatística. A ONU Mulheres faz o mapa da violência e lança no mapa de estatísticas de mulheres que morrem em acidentes graves de trânsito, mulheres que morrem em crimes de latrocínio, e isso é outro referencial, mas onde eles buscam essa estatística? No Data SUAS, que, para a área da saúde, entra como mortes violentas. E aí, quando se vê uma estatística de mortes violentas, levamos um susto e pensamos: Meu Deus! Eu me preocupei porque no primeiro mapa aparecia a cidade de Lages como quarto local. No segundo mapa - eu já estava na coordenadoria -, nós tínhamos Tijucas na octogésima quarta posição, se não me falha a memória. E aí fui olhar os casos de feminicídio em Tijucas e faltava uma mulher. Eu disse: gente, cadê esse cadáver? Nós precisamos localizar essa mulher. Fui descobrir que era uma mulher que tinha sido assassinada num crime de latrocínio, e isso não é feminicídio. Por isso que nós já falamos da Lei do Observatório da Mulher, que é uma lei que tem em Santa Catarina. Quando tivermos esse Observatório vamos ter a estatística da saúde, que trabalha mortes violentas e inclui nesse conceito acidente de trânsito, crimes contra o patrimônio; as estatísticas da segurança pública, que trabalham os tipos penais previstos no Código Penal e legislação esparsa. O que nós seguimos enquanto segurança? Estatística prevista na legislação, na área penal.

Era isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Eu quero justificar a saída do doutor Frederico, que já tinha nos informado que teria que sair às 17h. Muito obrigado pela sua presença e pela sua participação.

Só queria perguntar ao professor Ricardo, qual é o resultado do trabalho desse grupo? Como funciona isso? O senhor acha que efetivamente traz um resultado positivo? Tenho muita curiosidade para saber como efetivamente funciona um grupo de reinserção na sociedade ou de discussão junto aos agressores.

**O SR. RICARDO BORTOLI** — Deputada Marlene, recentemente a Desembargadora Salete participou de um grupo de homens. Nós desenvolvemos esse trabalho desde 2004, e Blumenau começou a desenvolver esse trabalho por conta de que uma mulher que foi assassinada e essa mulher tinha permanecido dentro da casa abrigo durante 124 dias com os filhos, quando ela saiu o companheiro a assassinou. Por conta disso eu, juntamente com outros profissionais na época, nos mobilizamos e buscamos desenvolver essa ação, com o objetivo de possibilitar um espaço de escuta para os homens, mas para que eles também pudessem em algum momento trabalhar essas tensões que estavam vivendo, para poderem repensar a sua condição enquanto companheiros, diante daquela situação que estavam enfrentando.

São grupos reflexivos e não vemos o homem somente como agressor nem usamos essa nomenclatura: agressor. Nós chamamos autor de violência, porque entendemos que ele cometeu um ou mais atos de violência, mas ele é um sujeito, é um trabalhador, é pai, avô, enfim, tem outras configurações. Nós buscamos desenvolver ações, seja por dinâmicas de grupo, debate sobre algum documentário, atividades com recortes de revistas. Sempre na perspectiva de desconstruir os estereótipos de gênero, os estereótipos machistas.

O foco do grupo, desde quando iniciou em 2004, sempre tivemos claro que o que norteou o trabalho com grupos de homens sempre foi desconstruir aquilo que potencializa o ato do machismo. Quanto estou no grupo eu falo: Gente, olha só, se queremos construir uma sociedade igualitária, moramos em uma cidade que tem mais de 350 mil habitantes e não tem nenhuma Vereadora mulher. Vocês não acham que é uma coisa absurda? Se a mulher tem a mesma capacidade intelectual que o homem, por que a gente está dessa forma naturalizando isso? Eu coloco isso para os homens e vamos construindo. Alguns homens que já tem um nível de reflexão mais avançado questionam aqueles que ainda não tem. O trabalho é uma troca de experiências, no sentido de poder se olhar e se perceber enquanto sujeito que age de forma agressiva, que precisa mudar e alterar seu comportamento.

É lógico, que se estamos falando de um sujeito que tem 40 anos, 50 anos, 60 anos, existe toda uma cultura de valores que estão cristalizados na vida dessa pessoa, e que não é em um grupo ou dois grupos que a pessoa vai mudar. Então, às vezes, realmente precisa participar por mais de um ano. Por isso, é necessário pensar nisso não de uma forma punitiva. Esse homem que está ali, eu o vejo como meu pai, como as pessoas que estão ao meu redor. São homens comuns, não são só agressores, não. Se fosse fácil nós podermos identificar os homens agressores. Os homens agressores são todos os homens. Vivemos numa sociedade que é estruturalmente machista. Alguns de vocês podem até discordar de mim em relação a isso, mas é necessário a gente poder admitir que precisamos rever o nosso lugar, enquanto homens, para que as mulheres tenham o direito de ser gente.

Eu cito o exemplo de uma amiga minha, psicóloga, que estava atuando comigo na Secretaria, uma vez, quando fomos atravessar a rua, para ir à Dona Hilda, que é uma padaria, para tomar café, eu peguei no braço dela e ela tirou o braço. Aí, depois, nós sentamos, conversamos sobre isso, uma amiga bem querida. Por que eu peguei no braço dela? Se fosse um homem eu não teria pegado no braço. Porque de fato... eu compreendo que isso é uma atitude machista. O que me leva a entender que tenho a capacidade superior para protegê-la?

A gente falar sobre isso é falar sobre a gente. A gente poder está aberto para poder falar em que momento que eu também sou machista. Porque o que estrutura a violência, o que dá raiz para ela é esse machismo que está impregnado na vida das pessoas e nas instituições também. É isso que faz com que o homem cometa o feminicídio. Essa questão do feminicídio é uma questão do homem se achar no direito de posse sobre a mulher. É isso, ela é um objeto de posse. Eu estava comentando com uma amiga minha aqui, que outra amiga nossa se separou já faz 2 anos e agora arrumou um namorado. E ela teve que pegar medida protetiva, porque o ex-marido não aceitou. E faz 2 anos que está separada. É aquilo, se não for minha não é de mais ninguém.

A doutora Patrícia colocou aqui que existe a questão da honra masculina, que é uma construção histórica e que o Estado brasileiro, a partir da criação das delegacias, trouxe a cena da violência contra a mulher para ser uma questão de Estado. Mas, inclusive nos processos da Lei Maria da Penha, ainda há por trás do argumento dos advogados em defesa dos homens autores de violência, essa questão da defesa da honra. Então, ainda continua muito forte isso.

Olha, gente, se não tiver capacitação para a rede da segurança pública, para a rede da saúde, porque os assistentes sociais, os psicólogos também não estudam isso na universidade. Nós não temos disciplina que discute gênero. Agora na nossa matriz curricular, Márcia, de tanto eu falar no Departamento – já apanhei na cara ali - vamos colocar uma disciplina na matriz curricular para discutir especificamente gênero. Mas não temos essa discussão e os profissionais saem reforçando esse lugar de sujeição da mulher.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra para a senhora Aretusa Larroyd.

**A SRA. ARETUSA LARROYD** — Professor Ricardo, admiro seu trabalho, sou fã. Já fizemos alguns contatos para disseminar o seu trabalho com os homens agressores enquanto uma política de Estado.

Foi falado dos serviços de acolhimento. Realmente, no Estado todo são apenas 11 unidades de serviços de acolhimento, que são casas de passagem ou casas abrigo, algumas por até seis meses, outras menos. Mas isso tem sido uma discussão da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), que tem levado essa discussão para todas as associações de Municípios, para que seja discutida uma forma de consórcio. [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: Clovis Pires da Silva*] Realmente, as casas são na grande maioria ONGs, as quais são mantidas por convênios com os Municípios, pois não tem como cada Município manter uma casa, não existe condições, não tem viabilidade. Então o consórcio é uma alternativa e está sendo discutido, Deputada.

Nós realizamos, como Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/SC) e gerência da mulher, várias rodas de conversa no Estado e levamos essa discussão também para que se pense na possibilidade de consórcio. Somente no ano de 2018, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), passaram 1.094 mulheres pelo serviço de acolhimento na proteção especial, pelos Creas. Então, 11 casas com 230 vagas realmente é um número limitado para as nossas mulheres que são vítimas e vão com os seus filhos.

Quero dizer também que os Municípios, mesmo não tendo a proteção especial, não deixem de pensar em uma alternativa caso surgir uma mulher que precise de um acolhimento. Nós temos um caso recente – até o professor Ricardo esteve na nossa roda de conversa, lá na Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri) e isso veio à tona –, de que uma mulher, vítima de violência, foi para a Delegacia denunciar, foi chamada a assistência social, o gestor, mas não tinha onde colocar essa mulher para passar a noite, e simplesmente lavaram as mãos. Isso não pode acontecer. A mulher dormiu na Delegacia, pensem quantas violências a mais ela sofreu. Esse foi um caso aqui do litoral que veio à tona na Amfri. Claro, o Secretário foi demitido por essa atitude. Então, que os Municípios pensem numa alternativa, um aluguel, uma diária em hotel, uma casa ou uma pensão, mas essa mulher tem que ser atendida, tem que dar um encaminhamento para que ela passe a noite [em algum lugar], enfim, que se tenha uma alternativa.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra ao senhor Delegado da Polícia Civil, David Sarraff, responsável pela Delegacia de Proteção à Criança, Mulher, Adolescente e Idoso de Blumenau, Dpcami.

**O SR. DAVID SARRAFF** — Boa tarde a todos.

Primeiro [quero dizer que] em relação à estrutura da Dpcami, eu sei do empenho do Delegado Regional, da Delegacia-Geral, para melhorar, mas não tenho como não aproveitar a oportunidade das autoridades presentes, principalmente das Deputadas, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para reforçar esse pedido.

A título de exemplo, recentemente tivemos inquéritos em que havia 15 mulheres vítimas de violência sexual. Imagina a dificuldade dessas mulheres em revelar os atos as quais foram submetidas, estando dentro de uma sala que era dividida com três escrivãs de polícia, separada por tapumes e sendo que do outro lado estava tendo outra oitiva e do outro lado também. Isso é urgente! Eu sei que demanda, dentro da reserva do possível, todo um empenho orçamentário para isso, mas é uma demanda urgente que nós temos que resolver.

Outro ponto seria com relação aos efetivos. Eu sei da nossa dificuldade de efetivos, mas, por exemplo, para mantermos o registro de ocorrência policial funcionando 24 horas, nós temos quatro agentes de polícia responsáveis só para registrar o Boletim de Ocorrência. Nesse ponto são quatro agentes de polícia com uma capacitação de nível superior para atuarem na investigação, mas eles fazem somente o registro de ocorrência policial. Eu sei que — pela minha experiência na Polícia Federal, pois trabalhei lá por nove anos — a criação do cargo de agente administrativo, por exemplo, ajudou muito nessa redução, porque o agente é designado para a função principal dele, e o agente administrativo até trabalharia nessa questão da Dpcami, na especialização do atendimento. Logo, poderia ter um agente administrativo, com formação em assistência social ou psicologia, voltado para esse atendimento.

Eu gostaria de parabenizar o Ricardo pelo trabalho dele, essa construção à prevenção é fundamental. Como a analogia que ele citou já em outras palestras que participamos juntos, nós estamos enxugando o chão com a torneira aberta em relação à prevenção, tanto na base nas escolas quanto lá na frente, no autor da violência.

[E aqui gostaria de] citar dois exemplos recentes. Um deles, o sujeito já havia terminado o relacionamento há dois anos, invadiu a casa da ex-mulher e a surrou, chegou quase deformar o rosto dela porque ele descobriu que ela tinha outro namorado. No interrogatório ele chegou a me questionar, inclusive, o que eu faria no lugar dele, porque a sua sensação era de ele estar com a razão, que é justamente essa sensação de posse e de domínio. Então, em nível de relacionamento, ele não aprendeu a se relacionar, e se tiver um próximo, ele vai fazer a mesma coisa.

Outro caso − citando o vídeo inicial ali para mostrar que a realidade não está muito distante, apesar de Blumenau ser uma cidade grande − é que recentemente autuei um sujeito que morava um pouco mais distante do centro e mantinha a mulher em cárcere privado. Eram casados há dezessete anos e ele tinha ciúmes do relacionamento anterior dela. Ele só tinha um veículo e acorrentava o volante para impedir que ela saísse de casa enquanto ele não estivesse. Ele saía de moto e voltava. Então [citei esse caso] para ver como essa construção é importante, trabalhar com o autor [da violência] e trabalhar na base das escolas.

Recentemente eu participei de uma palestra, junto com o psicólogo policial aqui na Escola Técnica da Furb, voltada justamente para isto: trabalhar a questão do relacionamento abusivo, para os jovens aprenderem a se relacionar e identificar o que é um sintoma de um relacionamento abusivo, que lá na frente vai gerar violência. Foi muito produtivo ter esse *feedback*, esse retorno dos jovens. Foi impressionante ver, principalmente, as reações das meninas, como elas olhavam quando eram citados alguns fatores, como, por exemplo, o controle de roupa, o controle de amizades, o controle de redes sociais, e é muito comum no nosso trabalho do dia a dia ver a rede social da mulher funcionando no celular do agressor, porque ele tem que ter o domínio total da vida dela e das relações que ela estabelece. Então você dar essa noção para o jovem que está aprendendo a se relacionar é fundamental para evitar e economizar lá na frente toda a demanda que vai existir. Inclusive, no final, chegamos a indagá-los se alguém tinha se identificado ou se tinha alguém do convívio, e praticamente 90% dos adolescentes que estavam ali se identificaram ou conheciam alguém que passou por um relacionamento abusivo. [Isso mostra] que é uma realidade que já está crescendo e essa cultura está se reproduzindo. É fundamental pararmos isso, intervirmos nesse momento, e para isso há o trabalho da Polícia Civil por Elas, tanto na base nas escolas quanto posterior junto com o Ricardo na reeducação dos autores.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra para a senhora Juliana Cintia de Souza Tridapalli, Delegada da Dpcami do Município de Blumenau.

**A SRA. JULIANA CINTIA DE SOUZA TRIDAPALLI** — Boa tarde.

O prédio onde nós trabalhamos é locado pelo Estado há mais de 12 anos e nesse tempo todo - eu estou ali desde 2012 - nunca teve uma reforma. O que tinha de reforma era: Ah, está chovendo, chama alguém para arrumar aquela telha que está quebrada. Mas não tem muros, há salas que não têm fechaduras, eu peço isso desde 2012 e nunca foram colocadas. São muitos anos de descaso do Estado com a nossa estrutura, são 12 anos de abandono e junto com isso o nosso trabalho vem aumentando muito. Eu verifiquei, no registro de ocorrências do ano passado para este, o aumento de cerca de 20%. O número de inquéritos, em 2016, foram 280; em 2017, foram 413 inquéritos; em 2018, foram 831 inquéritos; e este ano nós já estamos com 500 inquéritos. As medidas protetivas, em 2016, foram 69; em 2017, foram 127 medidas protetivas; em 2018, foram 315 medidas protetivas; e até a data de hoje já foram 250 medidas protetivas − o doutor Frederico, o Juiz, falou que recebeu 284 medidas protetivas. Por que essa diferença? Porque tem medidas que são requeridas na Central de Polícia.

Então, vem aumentando muito o nosso trabalho, o número de procedimentos, mas o número de policiais e a estrutura física continuam os mesmos. É claro que não vamos dar conta. Eu também me pergunto o que nós estamos fazendo de errado? Por que não para de aumentar o número de ocorrências? Isso está certo? Eu entendo que tem algo de errado, eu não quero me afundar em inquéritos e em Boletins de Ocorrência, não é isso o que eu quero para mim, tenho certeza que vocês também não e estamos reunidos por isso.

Eu acho que está faltando política do Estado no atendimento às mulheres, aos homens, política do Estado com relação à educação, principalmente, com relação aos problemas com drogas e alcoolismo. Hoje em dia é muito comum, na Delegacia, os filhos agredirem os pais, um tipo de agressão que não era tão comum, era mais raro há uns cinco anos ou três anos. E hoje em dia é muito comum vermos a mãe pedindo medida protetiva contra o filho, a avó pedindo medida protetiva contra o neto e é sempre o mesmo relato: envolvimento com drogas e com bebidas alcoólicas. Então tem algo de errado aí, e eu acredito que [a causa] principal seja a falta de educação. Nós, da Polícia, nunca vamos dar conta se não investir em educação. Eu vou estar afundada em Boletins de Ocorrência e a Polícia Militar também se não se investir em educação.

Em Blumenau, nós também estamos com outro problema sério que é a falta de peritos. Nós só estamos com dois médicos peritos, inclusive um estava de férias, não sei se já voltou. Só um médico perito, é óbvio que ele não trabalha 24 horas por dia e esse único que está de plantão também trabalha no Arcanjo [helicóptero] em Rio do Sul, então ele vive viajando e não tem como dar conta.

Temos o protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual, em Blumenau, quem tomar conhecimento desse tipo de violência − independente se for a Polícia Militar, a Guarda de Trânsito ou a Polícia Civil − que tenha ocorrido em até 72 horas, deve encaminhar a vítima ao hospital. O médico perito tem de atender essa vítima no hospital, mas isso não está acontecendo.

Nós tivemos um caso recente em Pomerode, não faz um mês, em que a vítima foi estuprada no caminho de casa, morava em uma área rural, ela tinha que caminhar cerca de dois quilômetros, e depois de ser violentada foi caminhando até em casa para pedir ajuda ao pai. Ele ligou para o Samu, mas o Samu disse que não poderia atendê-la e que o pai deveria levá-la ao hospital. Eles chegaram ao hospital, que acionou a Polícia Militar de Pomerode, mas a Polícia também não sabia ao certo o que fazer, então ligaram para nós, no plantão da Dpcami. Como nós sabemos o protocolo, um ajuda o outro, um passa a informação ao outro, por isso nos reunimos mensalmente em rede para que isso aconteça. O médico perito não vai ao hospital em Pomerode, só em Blumenau, então, eles arrumaram uma solução que foi levar essa vítima para Blumenau. O pai levou a filha para ser atendida no hospital em Blumenau. O plantonista ligou para o IGP, o IML, a vítima ficou esperando no hospital por cerca de quatro horas e o médico não apareceu. Quando ela chegou em casa, em Pomerode, o pai ligou para a Delegacia perguntando se ela poderia tomar banho ou não. Isso era quase oito horas da manhã, já tinha trocado o plantão da Dpcami, e o fato havia ocorrido às onze horas da noite. Isso é falta de dignidade para as nossas mulheres que estão em situação de violência. Sentimos falta de dignidade também para as pessoas portadoras de necessidades especiais, pois na nossa Delegacia e em nenhuma das Delegacias de Blumenau tem acessibilidade, não sei se a Regional tem, mas nenhuma outra tem. Às vezes é comum vermos a vítima cadeirante sendo carregada no colo para fazer o Boletim de Ocorrência, tem algumas que não conseguem se sentar sozinhas e ficam deitadas nos bancos da Dpcami, isso é muito triste. Sempre tem muitas crianças na Delegacia, e nós não temos um banheiro adequado para colocar um trocador. Então é muito comum vermos aquela mãe trocando a criança no plantão, trocando a fralda com cocô na frente de todo mundo. Então falta dignidade às mulheres em situação de violência na nossa cidade.

Deputada, eu já trabalhei em outras cidades também, já que a doutora está engajada nisso, e em Blumenau, graças a Deus, nós temos a Casa Eliza que é uma casa abrigo para as vítimas de violência, mas a maioria das cidades do Estado não tem. É muito triste nós atendermos essas mulheres, principalmente as agricultoras, porque elas moram no terreno que é do sogro e da sogra, que mora o irmão e chega na hora do flagrante ela não quer, desiste, porque ela não tem para onde ir. Ele vai ser preso, mas ela vai ter que voltar para o terreno do sogro e é claro que não vai dar certo. É muito triste ver essas vítimas, elas são muito sofridas. Em Blumenau, elas também sofrem muito, mas eu vejo que aqui a maioria trabalha, a maioria mantém a casa, são elas que cuidam do filho, são elas que levam para escola, elas têm o seu próprio dinheiro, elas sustentam a casa e ainda são violentadas, porém aquelas que não têm trabalho é muito pior, é muito mais difícil para sair do ciclo.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra para a senhora Cleusa Marchiori, enfermeira do Serviço de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual (Savs).

**A SRA. CLEUSA MARCHIORI** — Então eu vou voltar um pouquinho. A doutora Patrícia me perguntou antes se a Rede estava funcionando e eu confirmei. Por isso mesmo que eu quero falar. É uma pena termos este espaço e quando o colega ali falou da Rede Catarina algumas pessoas importantes não estavam, as meninas da Rede também não estão presentes, mas nós temos um trabalho muito bem-vindo delas.

Quero colocar duas situações. Com relação à Delegacia, Delegada Ester, nós não vamos ficar esperando − porque uma coisa é fazermos uma reunião bonitinha lá e a pessoa se comprometer dizendo que no máximo em janeiro ou fevereiro do ano que vem vamos ter uma casa *x*, caso isso se confirme − essa casa porque ela é inviável. Então, quem vai entrar com o espaço físico, se vai ser o Município, se vai ser o Estado, eu não sei. Eu sei que esse caso da Delegacia nós não podemos esperar mais. Nem se discute mais, porque é uma reclamação homérica, nós temos excelentes profissionais lá e as reclamações que vêm são sempre as mesmas: de espaço físico, da falta de privacidade e do descaso com o ser humano.

Eu sou muito grata por estar dentro de um serviço que funciona, graças a Deus, melhorou muito de 2012 para cá quando foi montado o serviço. Mas não dá para ficarmos só olhando para o nosso umbigo quando essas coisas acontecem, como o exemplo de Pomerode, nós nos deparamos com situações que não podem ficar esperando.

A Delegada Patrícia também mencionou a questão da cadeia de custódia e a coleta de vestígios. Beleza, pode ser que consigamos resolver essa questão do perito que não está indo hoje fazer a coleta de vestígio, pode ser que demore um pouco mais, mas pode ser que nós consigamos resolver. Só que hoje foi muito triste quando nós fizemos a visita ao IML e o diretor falou que chegou a um ponto, há uns 15 dias ou 20 dias, que ele teve que escolher o que fazer, porque a coleta de lesões corporais não dava para fazer, então tinha que priorizar. Tipo assim, um perito! Vocês têm noção de quantos Municípios o IGP e o IML atendem?

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

É inviável! Nós temos uma demanda bem pequena que é a coleta de vestígio, mas temos que entender o que faz um legista. Qual é a demanda de um médico perito para atender tantos Municípios? Deve ser mais ou menos a mesma coisa, o mesmo ranço da Delegacia é o mesmo ranço do IML, pois desde que eu entrei no serviço a reclamação é sempre a mesma. Hoje tivemos a notícia de que voltará um [médico perito], estava aguardando a aposentadoria, mas que não irá mais se aposentar, porque infelizmente terá que trabalhar mais. (*Ri.*) Mas também sabemos que não é um profissional que conta.

Então temos que parar de fazer de conta. Eu sou uma pessoa que não tem melindre quando tem que falar as coisas. O Ministério da Saúde fez uma visita semana passada no Estado todo e as colocações foram assustadoras. Nós temos serviços que só contam no papel, está tudo cadastrado, mas quando vai fazer a visita não acontece. Então é muito bom que sentemos, que todos discutam o que tem que fazer para melhorar, mas nós temos que começar a olhar para as coisas que estamos há anos remando e não funcionam. Nós não vamos esperar, Delegada Ester, nós não vamos esperar até janeiro para ver se a casa ficará pronta, pois hoje ficamos sabendo que ela é inviável. Então, não vamos esperar chegar janeiro para [alguém] falar que não deu para fazer a obra. Eu acho que são coisas que temos que pensar e brigar todos os dias, porque quando respinga a história de Pomerode, não é Pomerode que responde, são todos os serviços que atendem aqui em Blumenau e entra até quem faz o serviço direito, né, Delegada.

Eu acho que é isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra para a senhora Viviane Pereira da Silva, assistente social do Creas do Município de Navegantes.

**A SRA. VIVIANE PEREIRA DA SILVA** — Boa tarde a todos.

Tenho formação em Questão Social, pela UFPR Litoral e me dá certo arrepio quando falamos: a educação não serve, a área da educação não é para educar as crianças, pois é a família quem educa, a educação vem de casa.

Eu só gostaria de trazer uma reflexão. Nós vivemos hoje em uma sociedade que tem muitas mulheres separadas e que são as únicas provedoras do seu lar. Elas trabalham fora o dia inteiro, seus filhos vão para a escola durante um período e no outro período estão sozinhos em casa. Nós vivemos numa sociedade que não está preparada para a demanda feminina. Nós temos que repensar essa forma de se organizar e não culpabilizar essa mulher, porque no fim sem querer acabamos empurrando mais e culpando que a educação não está vindo de casa. Essa mãe chega à noite, arruma a casa, prepara o jantar, dá banho nos filhos e está morta de cansada, deita e dorme para no outro dia novamente trabalhar. Esses são os filhos que percebemos em Navegantes, eles ficam soltando pipa, aviõezinhos e estão à mercê de todas as vulnerabilidades da nossa sociedade.

Então, discutir gênero com esses meninos e com essas meninas é algo que a escola não tem como, ou ofertar espaços para que essas crianças estejam em outro período desenvolvendo todas as suas habilidades como educação, arte, poesia e estar interagindo. Eu acredito que nós teremos uma sociedade melhor no dia que repensarmos esse olhar feminino. Antigamente, a minha mãe não trabalhava e não trabalhou, ela estava presente ali conosco no nosso cotidiano, nós éramos três filhos e somente o meu pai que trabalhava. Hoje em dia isso não acontece mais, é difícil o lar que tem uma mãe em casa cuidando dos filhos. Eu só gostaria de trazer essa reflexão quando falamos que a educação tem que vir de casa. De certa forma tem, mas também temos que ampliar o nosso olhar para essa demanda, senão acabamos culpabilizando quem já tem uma carga gigantesca nas costas.

Eu tenho outra questão para falar. No nosso Município aconteceu uma coisa, que nós, como técnicas, nos sentimos desrespeitadas, desconsideradas. Uma representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi no Município e nós não ficamos sabendo da visita, vimos somente depois no jornal, na mídia, que essa representante parabenizou o Município pelas ações, pelo trabalho desenvolvido e isso (*ri*) em relação à violência contra mulher. Só que nós ficamos assim: Mas onde? Cadê essa política? [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

Não quero também desrespeitar ninguém, mas nós vivemos num País em que a política prevalece. Nós somos técnicas. Nós temos aqui: psicóloga, psicóloga, assistente social, assistente social. E nós não somos ouvidas, não temos voz. Uma coisa que eu sempre falo é: nada sobre nós, sem nós. Toda construção deve ter o nosso olhar, então, quando o Jonathan comentou da Rede, o que ele propõe de ouvir, eu gostaria de solicitar, de pedir, de [fazer] um apelo, que nós, técnicas, sejamos ouvidas, que tenhamos voz nessa construção, porque somos nós que estamos lá amassando o barro na favela, na comunidade, somos nós que estamos atendendo.

Então, retornando aqui o que eu estava falando sobre a política. O que acontece? É colocado um gestor, seja um Secretário ou uma Secretária, que não tem formação na área, não tem entendimento, chega com toda a sua banda – desculpa, não quero desrespeitar, por favor, só me entendam −, com seus cargos de confiança, com seus comissionados, que também não têm entendimento, e eles são os nossos chefes! Eles que vêm nos dizer o que devemos fazer ou não, sem conhecer a política da assistência social! Está na Nob/Suas, na tipificação, então, entramos em um embate gigantesco e desnecessário, é muito desgastante para nós. Chegou ao ponto de recebermos − eu e a Tálita, nós somos uma dupla (*ri*) − uma advertência por não termos feito o que não era para fazer. Fomos conversar com o advogado e ele nos falou: Olha, isso daqui, essa advertência − não sei se eu posso falar – serve para limpar a bunda no banheiro, porque é só um papel, só. Nós temos todo um amparo da minha categoria, do Creas, da Psicologia, do Conselho Regional de Psicologia que nos ampara, mas, enfim, nós temos que nos submeter a embates inacreditáveis. Há conselhos de mulheres que não existem! Existem somente no papel. A colega falou ali do país do faz de conta, onde temos conselhos montados com pessoas, com coisas, informando que existe isso, aquilo e deve ir para o Tribunal de Contas, como está sendo executado. Só que nós, técnicas, ficamos nos perguntando: Onde está? Cadê? Ninguém sabe, ninguém viu.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Quem deveria estar aqui hoje seria o Secretário de Assistência Social e o Prefeito, né?

**A SRA. TÁLITA RODRIGUES HEUSI** — Inclusive o nosso antigo Secretário...

**A SRA. VIVIANE PEREIRA DA SILVA** — Porque eu estou me expondo, no momento que eu falo, eu me exponho! E eu já recebi uma advertência. Está certo que dava para usar no banheiro, mas eu estou me expondo, é a minha cara aqui. Eu até comentei que estavam gravando, né? Estão gravando ainda?

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — A gente grava, mas não vai ser exposto, não se preocupe. É só para ter os dados.

**A SRA. VIVIANE PEREIRA DA SILVA** — Já não basta o que a gente sofre lá com a falta de estrutura, com equipes, com técnicos, com colegas que... a demanda reprimida. A gente não sabe, não tem para onde enviar os casos de violência, porque temos apenas uma psicóloga no Município para atender oitenta mil habitantes na saúde, que envolve todas as questões. Tem uma [psicóloga] da criança e do adolescente, mas tem uma que é de todo o resto. Então é muito descaso, muito descaso!

**A SRA. TÁLITA RODRIGUES HEUSI** — Inclusive o nosso antigo Secretário, o que foi elogiado pelas políticas públicas em relação à mulher, foi aquele citado que deixou a usuária dormir na Delegacia.

**A SRA. DELEGADA PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’AVILA** — Bom, deixa eu só fazer o contraponto em relação ao momento que eu falei que quem educa é de casa. Eu tenho essa convicção que pai e mãe têm, sim, a obrigação de educar os filhos. Eu sou a terceira filha de quatro irmãos, meu irmão é o mais velho e somos três meninas. A minha mãe trabalhou a vida inteira, mas quando nós fazíamos alguma coisa errada, tanto meu pai como a minha mãe sentavam e conversavam com a gente.

Hoje eu tenho visto professor chamar atenção de aluno em sala de aula e o pai e a mãe irem à escola bater em professor. Tem professor apanhando em sala de aula. Se o professor chama atenção para corrigir um aluno em sala de aula por indisciplina, por falta de tarefa ou por qualquer outra coisa, o aluno desrespeita o professor, isso quando não chega à agressão física.

Eu sou Delegada de Polícia e meu marido é Delegado de Polícia, agora no presente momento eu não faço mais plantão policial, mas além das 40 horas semanais eu fazia mais 40 horas de plantão, muita das vezes, trabalhando a noite inteira em uma Delegacia de Polícia, só que sempre que uma das minhas filhas dava problema no colégio − eu sou mãe de duas meninas − eu sentava e conversava com elas. Mesmo depois de trabalhar 24 horas sem pegar no sono, e não há coisa mais difícil do que você ter uma conversa seria se você não teve uma noite de sono, ainda mais trabalhando em uma Delegacia de Polícia, lavrando flagrante, a maioria das vezes, de condutores embriagados, de pessoas drogadas, na pior situação possível, mas a obrigação de dar os padrões de educação é minha como mãe! A gente não pode terceirizar isso para um professor da escola. O professor da escola está lá, sim, para auxiliar no conhecimento e hoje é uma das classes que mais sofre pelo desrespeito em sala de aula. Gente, tem aluno dando cadeirada em professor, tem pai de aluno que vai à sala de aula agredir o professor. Acho que a gente precisa botar as coisas no lugar. Essa é minha visão como mulher e como mãe. E assim eu fui educada.

Minha mãe era operária, quando era nova. Eu não vim de uma família de posses e eu cresci ouvindo da minha mãe: Estude, tenha uma profissão e seja dona do seu nariz. Eu sei o que é ter dificuldade financeira, eu sei o que é ter dificuldade com uma família numerosa de filhos. Os dois primeiros anos eu morei em Blumenau, depois a minha irmã passou na faculdade e eu passei a ir e voltar de Rio do Sul a Blumenau os três últimos anos, com aula de segunda a sábado.

Então a gente sabe que com dificuldade... mas se tivermos um pai e uma mãe que conversa com a gente, principalmente uma mãe, isso ajuda a mudar muito a realidade. Eu boto muita fé na educação, mas eu boto muito mais fé na responsabilização de pai e de mãe. Hoje em dia temos menores envolvidos com tráfico de drogas, chamamos os pais e eles nos dizem: Não damos mais conta, ou educam vocês, ou deem para o Conselho Tutelar. Isso não é obrigação do Conselho Tutelar, acho que cada um tem que fazer a sua parte! E esse é o meu posicionamento.

**O SR. JONATHAN ARTMANN** — Eu só queria responder uma coisinha ali que foi colocada.

Eu acho muito legal, nós temos que ouvir os técnicos, é uma coisa muito importante, porque às vezes recebemos uma documentação e tudo parece as mil maravilhas. Nós temos ouvido, temos ido aos abrigos, às creches, a esses instrumentos, a esses institutos já há alguns anos. Por exemplo, em 2015 nós fomos às creches da Grande Florianópolis, fomos aos abrigos no ano passado e fizemos uma apostila, propondo algumas medidas para corrigir aquela ferramenta que não está funcionando. Ano passado na visita aos abrigos, nós descobrimos que o repasse estava sendo insuficiente para manter uma criança lá. Estamos vendo alguns problemas operacionais, por exemplo, para fazer um Plano Individual de Acolhimento (PIA). Então temos que ouvir vocês, nós não temos como fazer o nosso trabalho se não escutarmos vocês.

Estamos realmente de portas abertas, somos um órgão pequeno, temos 60 pessoas, mas respondemos tudo, pode ser que se demore uns dias para responder, mas vamos responder. E se possível, inclusive, vamos visitar esse órgão para encontrar, para verificar os problemas que são enfrentados no dia a dia.

Muito obrigado, por nos escutarem também.

**O SR. TENENTE-CORONEL MARCOS AURÉLIO RAMM** — Rapidamente, quero complementar a fala de muitos dos participantes aqui e dizer o seguinte, vocês estão ouvindo um policial militar que todos os dias está lá do outro lado e que tem o primeiro contato junto com a Polícia Civil das demandas sociais.

A primeira prevenção que uma comunidade deve fazer é a social. A prevenção social é aquela que todos fazem: a família; a escola; a senhora, na sua função profissional técnica da área; o policial militar; o policial civil. Qualquer área de atuação que fale em pacificação e passe orientações é prevenção social e todos devem estar capacitados, desde que devidamente orientados e com responsabilidade. Isso todos precisam fazer.

Então é necessário que haja essa participação com responsabilidade. E justifica a participação de todos nós em sala de aula também, para aumentar o capital pessoal e social de cada pessoa que nos ouve. A partir do momento que a senhora entrar na sala de aula, que um policial entrar na sala de aula, eles [os alunos] irão identificar aquelas pessoas como partícipes da vida deles, como capital pessoal e uma referência para eles como pessoa. E partindo de um policial militar, que muitas vezes dá uma orientação de prevenção às drogas ou de prevenção na área de violência doméstica, certamente vai aumentar o capital daquela pessoa, como uma referência positiva em antagonismo com a questão do machismo, que muitas vezes é inerte a figura de uma pessoa repressiva, de um policial militar, mas muito pelo contrário, é o capital de uma pessoa que está ali na mesma situação que ela e ela precisa se identificar com todas as estruturas sociais passando referência.

Independentemente disso, de ter toda essa articulação, o capital social, a prevenção social precisa continuar sendo feita por todos. E nesse sentido, acho que o papel desta Comissão é identificar o que tem de positivo em cada comunidade, porque aí, sim, vai tratar a estratégia e vai eleger boas práticas para que se leve aos Municípios nessa perspectiva.

Destaco que depois de levar essa consideração, de montar essa estratégia, elencando todas as entidades que possam participar se falou na Fecam. Realmente se deu um foco na Fecam em identificar o seguinte, as atividades precisam ser desenvolvidas no Município, com essa articulação municipal com os órgãos competentes e capazes de naquele Município de desenvolver a atividade. A estratégia não funciona, e a referência delas são esses abrigos, quando eles conseguem existir com consórcio dos Municípios − e eu tive várias referências dos 26 anos de polícia que eu participei em comarcas diferentes − quando há consórcio funciona, os Municípios têm um alto grau de cooperação nesse sentido, porque veem o resultado com a criança e com o adolescente.

Então montar uma estratégia, identificar todas as boas posturas no Estado inteiro, dar essa perspectiva para que todos os possam seguir essa referência, trabalhar com a Fecam para que haja realmente desenvolvimento nas comunidades, que cada Município consiga articular as referências que tem, porque temos muitas aqui, e aí, sim, dará um suporte para reduzir à demanda para nós da segurança pública, porque realmente nós não teremos condições, as demandas só aumentam, só aumentam.

Esse estudo, professora, é muito interessante. Nós precisamos potencializar uma referência como essa, por exemplo, que é o que pode ser identificado em outras comunidades e usar os seus estudos para que nós conversamos com o homem e que ele não seja um potencial agente de violência. Esse trabalho, essas boas práticas, como esse modelo de estudo, e outras práticas de comissões aqui que realmente sejam repercutidos, como primeiro ponto estratégico. E depois, levarmos a conhecimento da Fecam e fazer, incorporar aos representantes do Executivo para que eles realmente pensem: Olha, isso aí, já temos as ferramentas na mão, é só organizar em cada Município. Esse é o grande papel e por isso que é válido.

Realmente, todas as falas aqui, da senhora, de representantes são importantíssimas, pois todo mundo tem o seu papel. Essas redes têm um valor fundamental, é a prevenção social. Mesmo que só façamos paz, não batamos mais nas mulheres, e que ele consiga convencer [o agressor] daquilo, ele está conseguindo fazer repercutir positivamente a paz social. Isso que está faltando, não contém só conosco. Vocês estão ouvindo isso de alguém que figuramente o papel social é o papel da repressão.

Nós dos órgãos policiais como um todo, aqui tem números de IGP, nós acompanhamos projetos, a Delegada Patrícia compõem uma palestra, em que todos os órgãos de polícia têm atividade de prevenção. Sabemos que hoje o caminho é esse, mas a sociedade tem que fazer o seu papel. Eu acho que é importante nesse aspecto. Então todos precisam ser ouvidos, fica o registro.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Passo a palavra ao senhor Delegado Regional de Política Civil do Município de Blumenau, Egídio Maciel Ferrari

**O SR. EGÍDIO MACIEL FERRARI** — Boa tarde a todos.

Agradeço a oportunidade. Apenas também pelo avançado da hora já, justificar que muito foi citado sobre a nossa estrutura das delegacias e infelizmente não é algo restrito a Delegacia de Proteção à Mulher, mas é uma demanda que nós precisamos e estamos trabalhando. Assumimos há poucos meses a Delegacia Regional, e temos esse interesse. Na minha primeira fala, eu recordo que dei como prioridade o atendimento da delegacia especializada, da Delegacia de Proteção à Mulher. A doutora Ester esteve aqui pessoalmente semana passada e fizemos essa visita técnica junto com os órgãos envolvidos, que estão diariamente naquela Delegacia e tem, sim, o nosso compromisso. Estamos correndo contra o tempo, para que a gente consiga dar dignidade para as mulheres, para as pessoas, para os idosos, enfim, para as crianças que lá frequentam.

Quero aproveitar para dizer, como já foi dito, que a nossa delegacia especializada é referência no Estado. Cumprimento aqui na pessoa do Delegado David e da doutora Juliana também, que fazem um trabalho excepcional com o pouco que   
tem de material humano e também de estrutura.

Por isso, quero apenas fazer o registro de que estamos cientes dessas dificuldades − como disse há poucos meses assumimos todos nós, não é doutora Ester −, mas nós vamos, sim, fazer o possível para melhorar e trazer esse atendimento mais humano para a nossa delegacia especializada e todas as outras aqui da nossa região.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Agora, eu vou até levantar e quase bater palmas para vocês todos. Para mim − como Deputada de primeiro mandato, já disse hoje no início − está sendo uma experiência muito importante que, certamente, vai valer o mandato.

Nesses quatro anos, com certeza, eu vou trabalhar por essa causa, porque eu tenho algumas referências da minha infância. Como eu já disse para vocês eu sou de Itapiranga, uma cidadezinha pequena do interior e na minha infância acompanhei vários casos, ainda que naquela época eu não entendesse que aquilo era violência contra à mulher ou violência doméstica − às vezes não só contra a mulher. Quando eu assumi, tomei para mim o compromisso de fazer alguma coisa, de fazer a minha parte como cidadã e hoje também como representante das pessoas que acreditaram em mim, que votaram em mim e principalmente das que não votaram, que são muito mais. E a Assembleia Legislativa o que pode fazer? Ela pode ser a catalisadora das ações de todos vocês, porque aqui estão os representantes, os atores que fazem toda essa engenharia funcionar, toda essa máquina que se chama Estado funcionar.

Eu acho que o que nós podemos fazer como Assembleia Legislativa, como Comissão de Direitos Humanos é isto: juntar os atores e a partir disso formarmos efetivamente essa rede − que a doutora Cibelly já nos apresentou também na Assembleia e que o Ministério Público de Contas propõe −, para fazê-la funcionar, fazer com que cada um dos órgãos, cada um dos atores, continue fazendo a sua parte e melhorando naquilo que for possível. Mas as ações de cada um devem ser conhecidas também, porque eu vejo que em todas as nossas reuniões, nós fizemos algumas até antes de iniciar as audiências públicas, cada órgão tem uma série de ações muito importantes, louváveis, que eu considero estar fazendo a diferença no Estado de Santa Catarina, na sociedade de Santa Catarina, mas que precisam talvez de uma integração, de uma engrenagem que funcione direitinho.

Então, talvez esse seja o nosso papel, juntar todas essas experiências, compartilhá-las no Estado inteiro − tivemos a menina falando de Navegantes −, ouvir quem entende do assunto. Eu não entendo, a doutora Patrícia dá aula todas às vezes que participa de uma reunião. Vocês que estão no dia a dia sabem o que efetivamente precisa no Município. Mas ao mesmo tempo eu fico triste, porque convidamos os Prefeitos e temos somente um. Quero parabenizar o Prefeito que veio aqui hoje à tarde e ficou a tarde inteira conosco, porque é isso mesmo, nós ficamos uma tarde inteira sentados ouvindo, aprendendo, e os outros que não vieram que pena. O Secretário de Assistência Social, o Secretário de Educação, que tanto foi falado aqui que nós precisamos melhorar a nossa educação, como política pública mesmo, currículo, enfim.

Eu acho que estamos no caminho certo, para mim está sendo um aprendizado enorme. Eu só tenho que agradecer a cada um de vocês que vieram aqui, que dedicaram o seu tempo para pensar, para compartilhar as experiências e essa informação também vai para toda [população], isso está sendo filmado para passar na TVAL, então, não fica restrito aqui. Acho que temos que utilizar as formas que temos para poder ajudar, e Assembleia Legislativa faz isso, repercute os assuntos que são importantes e que precisam ser discutidos na nossa sociedade. Eu fico muito feliz. Agradeço, mais uma vez, de coração a todos vocês por participarem.

Nós ao final das audiências públicas, faltam ainda três, iremos fazer o seminário estadual para apresentar os resultados delas e construirmos em parceria essa Rede, como o Jonathan falou construir fluxos. Não adianta só construirmos os fluxos, mas temos que ter uma gestão, um grupo de trabalho, para que todas as ações sejam acompanhadas, e que trabalhemos todos integrados. Talvez o segredo para o projeto dar certo seja não ter dono, não ter um mais importante do que o outro, cada um tem que fazer o seu trabalho no âmbito da sua competência. Eu acho que aí conseguiremos construir políticas públicas eficientes e fazer com que elas sejam executadas, aplicáveis.

Eu falei muito, antes, na questão da educação, porque sou filha de agricultor. Os meus pais moravam, agora não moram mais, no interior e como aquela senhora falou no início, não tem vizinho. Todas às vezes eu cito isso, porque é uma coisa que foi muito marcante na minha vida. Em uma noite de chuva chegou uma vizinha na minha casa − ela tinha ido morar lá há pouco tempo, morava, sei lá, há um quilômetro e meio − com três filhos pequenos, cada um literalmente pendurados na roupa, ela chorando com a mão cortada ao meio e com os dedos pendurados. Estava apavorada, porque o marido estava bêbado em casa, sábado à noite, tinha bebido e numa discussão qualquer por causa dos filhos, cortou a mão da mulher fora. E o que a gente ia fazer? Não tínhamos carro, não tínhamos telefone, não tinha nada! O que a minha mãe fez: pegou banha e amarrou a mão da mulher. Ficaram a mulher e a três crianças dormindo à noite inteira lá em casa. A mão amarrada com banha, porque foi o que a gente podia ter feito, não tinha para onde levar, não tinha nada. E no dia seguinte o que aconteceu com essa mulher? Ela foi ao médico − mas na roça: vai lá pega um ônibus, vai para a cidade, vai no hospital −, fez um curativo, voltou, mas para onde que ela iria? Voltou para a casa do agressor, porque não tinha para onde ir. Então assim, acho que a gente já evoluiu muito, mas a gente vê muito disso ainda acontecer no interior, principalmente, por causa dessa distância mesmo, mas eu não tenho dúvida que na cidade grande também acontece muita coisa ainda.

Eu acho que nós todos temos capacidade, temos condições, temos ferramentas, cada um do seu jeito, e eu acredito muito nisso! O meu mandato eu quero me dedicar a fazer isto, a fazer a minha parte, contribuir da forma que eu puder. Pode não ser muito, mas o que eu puder eu vou fazer para poder ajudar a construir essa rede e fazer com que ela funcione, que todos nós possamos fazer o nosso trabalho da melhor forma possível.

Muito obrigada, mais uma vez, a cada um de vocês por terem vindo hoje.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno / Revisora: Bruna Maria Scalco*]

**DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**